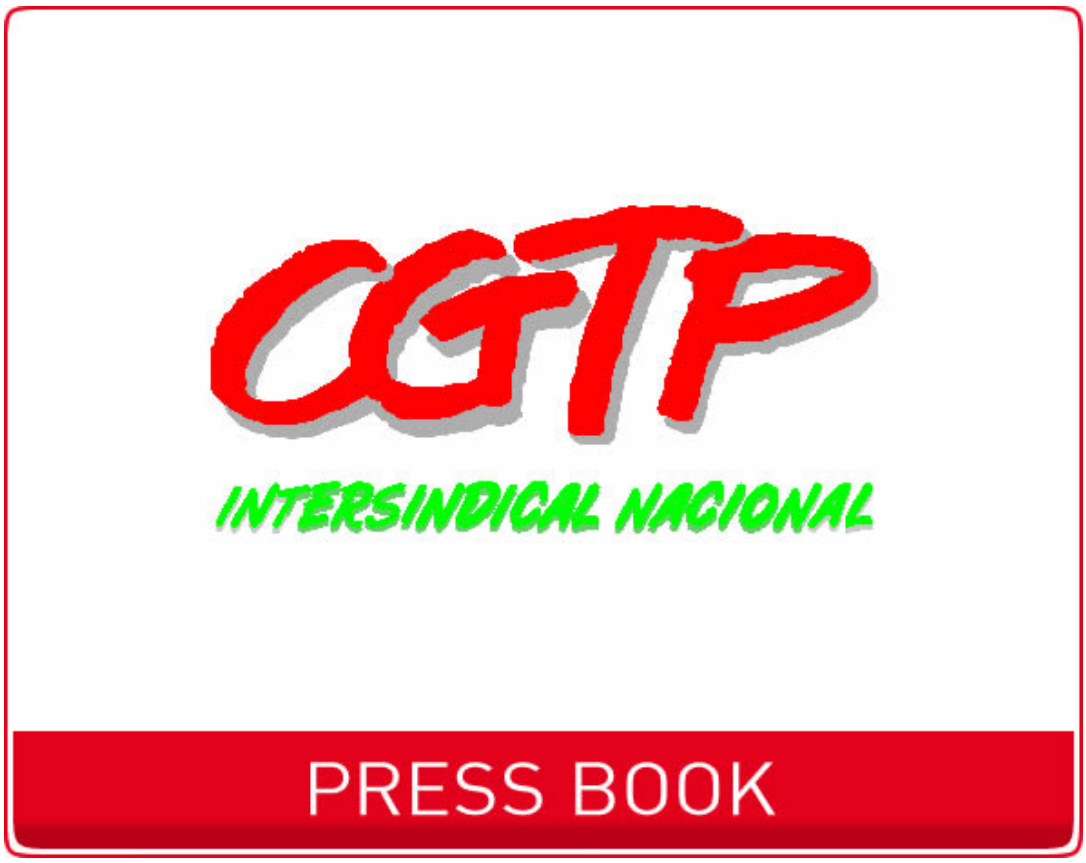


Revista_Imprensa_11_e_12_Abril_2020

CISION

Revista de Imprensa

1. Novas ideias de apoio aos media em análise, Correio da Manhã, 12/04/2020 1

2. Maior controlo para empresas, Correio da Manhã, 12/04/2020 2

3. Editorial - Dinheiros públicos, Correio da Manhã, 12/04/2020 3

4. Scotturb em layoff, Correio da Manhã, 12/04/2020 4

5. Tratamentos no privado, Correio da Manhã, 12/04/2020 5

6. Teatros nacionais criam programa especial para o 25 de Abril, Jornal de Notícias, 12/04/2020 6

7. Solidariedade cobre cerca de 3,5% do total de encomendas do SNS, Jornal de Notícias, 12/04/2020 7

8. Agências de viagens gratas com reembolsos, Jornal de Notícias, 12/04/2020 8

9. Costa promete que recuperação não será feita com mais austeridade, Jornal de Notícias, 12/04/2020 9

10. Estado não vai pagar custos de quem for para o privado por opção, Jornal de Notícias, 12/04/2020 10

11. Marcelo mantém emergência sem restrições da Páscoa, Jornal de Notícias, 12/04/2020 13

12. Estado paga até 13 mil euros por cada doente que transfira para privados, Público, 12/04/2020 14

13. Parlamento - Bloco Central resolveu 60% das últimas votações, Público, 12/04/2020 16

14. Editorial - Verdade e ponderação, Público, 12/04/2020 18

15. Emergência até 1 de Maio, Correio da Manhã, 11/04/2020 19

16. 200 mil alunos sem rede ou computador, Correio da Manhã, 11/04/2020 22

17. Ministra do Trabalho chamada pelo PSD, Correio da Manhã, 11/04/2020 25

18. Governo prepara ajudas aos media mas só à medida das televisões, Dinheiro Vivo, 11/04/2020 26

19. Presidente dá por garantido estado de emergência até 1 de Maio. Depois logo se vê, Público, 11/04/2020 27

20. BE propõe apoios de 15 milhões de euros aos media, Público, 11/04/2020 28

21. Educação - Exames do ensino secundário sem alterações vão testar a matéria do ano todo. Mas alunos podem escolher perguntas, Público, 11/04/2020 30

22. O respeitinho não é bonito, Público, 11/04/2020 32

23. Quando a hiperactividade do Parlamento surge como esquizofrenia, Público, 11/04/2020 33

24. Público & notório, Público, 11/04/2020 34

25. Costa quer internet para todos os alunos, Correio da Manhã, 12/04/2020 35

26. Críticas à falta de medidas concretas, Correio da Manhã, 12/04/2020 37

27. Sindicatos pedem rapidez para o subsídio de risco, Correio da Manhã, 12/04/2020 38

28. Função Pública mantém regalias, Correio da Manhã, 12/04/2020 39

29. ACIB defende formação em vez de lay-off e demissões, Jornal de Notícias, 12/04/2020 42

30. Diretores vão pedir reforço de orçamento para comprar máscaras, Jornal de Notícias, 12/04/2020 43

31. PCP denuncia "ofensiva" contra trabalhadores, Jornal de Notícias, 12/04/2020 44

32. BE disponível para programa de investimento, Jornal de Notícias, 12/04/2020 45

33. Acidente fatal em obra de saneamento, Correio da Manhã, 11/04/2020 46

34. Médicos - Críticas à Ministra, Correio da Manhã, 11/04/2020 47

35. Sobe & desce, Correio da Manhã, 11/04/2020 48

36. Pressões ilegítimas, Correio da Manhã, 11/04/2020 49

37. "Atividade nos portos recuou 6% até março. Em abril já melhorou" - entrevista a José Luís Cacho, Dinheiro Vivo, 11/04/2020 50

38. Bons exemplos mal-agradecidos, Dinheiro Vivo, 11/04/2020 53

39. Um Orçamento Retificativo de apoio à retoma, Dinheiro Vivo, 11/04/2020 54

40. CGTP reivindica alargamento de medidas de apoio à parentalidade, Jornal de Notícias, 11/04/2020 55

41. Sindicatos médicos criticam distanciamento do Governo, Jornal de Notícias, 11/04/2020 56

42. Praça da Liberdade, Jornal de Notícias, 11/04/2020 57

43. CGTP propõe medidas urgentes, Público, 11/04/2020 58

CISION

ID: 85932959

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 42
Cores: Cor
Área: 21,10 x 20,42 cm²
Corte: 1 de 1

CRISE NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Novas ideias de apoio aos media em análise

PROGRAMA Governo atento a propostas do BE, mais favoráveis à imprensa. Taxa Google financia

DUARTE FARIA

O Governo está a analisar e poderá acolher algumas das propostas do Bloco de Esquerda para fazer face aos efeitos da pandemia da Covid-19 na comunicação social, sabe o CM. Fonte oficial do Ministério da Cultura, afirmou, ainda assim, não haver, para já, medidas a comunicar, apesar de ter passado mais uma semana sem que tenha anunciado apoios.

O programa de emergência do BE propõe um total de 15 milhões de euros a distribuir pelos grupos de comunicação social em maio, junho e julho. Um valor superior aos 10 milhões que, tal como o CM já noticiou, o Governo se pre-

BE DEFENDE 15 MILHÕES PARA OS MEDIA. GOVERNO PREVÊ 10 MILHÕES DE €

para para anunciar. Segundo a proposta, o montante "equivale à estimativa de receita trimestral do Imposto Google [a aplicar às gigantes tecnológicas e que o Governo espera por um entendimento global para aplicar em Portugal]". Em relação à forma como os apoios devem ser repartidos, o BE diverge também da forma como, ao que tudo indica, o Governo se prepara para proceder. O critério da receita publicitária "não é adequado". Os bloquistas lembram que quem beneficiará com este será sobretudo a TV e a rádio, apesar de "a repartição dos jornalistas profissionais pelos segmentos ser muito diferente": 52% estão na imprensa escrita. Por isso, a proposta propõe que a TV receba 43% (6,45 milhões), a imprensa 43% (6,45 milhões), e as rádios com corpo redatorial 14% (2,1 milhões). No caso da imprensa escrita, o valor seria distribuído de acordo com as escolhas feitas pela população.

O BE pede ainda que sejam considerados o porte pago gratuito para toda a imprensa, a eliminação do IVA nas assinaturas, a isenção de pagamento das taxas referentes à ERC e ANACOM em 2020, e o cumprimento das regras da publicidade institucional com reforço de verbas das campanhas em curso. ●

Proposta defende que apoios à imprensa escrita devem ser distribuídos de acordo com a escolha dos portugueses

CISION

ID: 85932678

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 4,89 x 10,81 cm²
Corte: 1 de 1

Maior controlo para empresas

Como a preocupação está em manter empregos após a pandemia, a Fesap pede ao Governo que reforce a inspeção para "evitar excessos e abusos". "Não chegam os 300 inspetores da Autoridade para as Condições de Trabalho", aponta José Abraão.

SERGIO LEMOS

José Abraão pede inspeções

CISION

ID: 85932673

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 5,19 x 26,04 cm²
Corte: 1 de 1

NOTA EDITORIAL

Dinheiros públicos

O presidente dos Estados Unidos diz que quer ver a economia do país a funcionar em pleno a 1 de maio. Na última vez que Trump vaticinou idêntica intenção queria abrir o país na páscoa. A única coisa que abriu neste período foi uma imensa vala comum em Nova Iorque para enterrar corpos não reclamados de americanos sem dinheiro para seguro privado de saúde. Se nunca sonhámos viver uma pandemia como esta, é certo que também não imaginaríamos ver valas comuns no país mais rico do Mundo. Morrer assim será a mais infame das assimetrias sociais

OPÇÃO POR PRIVADOS NÃO PODE JUSTIFICAR COMPARTICIPAÇÃO PÚBLICA

que a propagação indiferenciada do coronavírus pode provocar.

Por cá, onde somos incomparavelmente mais solidários, os hospitais privados querem o Governo a pagar as despesas dos doentes Covid-19 que, por vontade própria, optaram por aquelas unidades de saúde vocacionadas para o lucro. Por escolha individual, sublinhe-se, e não por falta de resposta dos hospitais do sistema público.

Opções privadas de cada um não devem ter benesses públicas. Sobretudo quando o Serviço Nacional de Saúde até pode apresentar sintomas de alguma debilidade, mas não está em falência. ●

ALFREDO LEITE

CISION

ID: 85932700

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 4,98 x 2,39 cm²
Corte: 1 de 1

SCOTTURB EM LAYOFF

PCP questiona Governo sobre layoff na Scotturb, que opera em Cascais, Sintra e Oeiras. ●

CISION

ID: 85932747

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 5,09 x 10,76 cm²
Corte: 1 de 1

SAÚDE

GETTY IMAGES

Tratamentos no privado

A ministra da Saúde, Marta Temido, afirmou que o Estado só vai assegurar os custos de tratamento dos doentes infetados com o novo coronavírus nos hospitais privados nos casos encaminhados pelo Serviço Nacional de Saúde. "Sempre dissemos que a porta de entrada é desejavelmente o SNS 24 e, portanto, não faria sentido que utilizássemos agora um entendimento distinto", disse.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 85933182

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 40
Cores: Cor
Área: 4,79 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Celebração

Teatros nacionais criam programa especial para o 25 de Abril

INICIATIVA Os diretores dos três teatros nacionais e da Companhia Nacional de Bailado foram desafiados pelo primeiro-ministro a criar uma programação artística online para celebrar a Revolução do 25 de Abril, disse hoje à Lusa o encenador Tiago Rodrigues.

"Pela primeira vez na história da democracia do país, os portugueses não poderão, infelizmente, festejar juntos, nas ruas, o dia da revolução, devido à pandemia Covid-19", comentou o diretor do Teatro Nacional D. Maria II.

Por essa razão, o primeiro-ministro, António Costa, desafiou os diretores dos teatros nacionais - D. Maria e São Carlos (Elisabete Matos), em Lisboa, e o São João (Nuno Cardoso), no Porto - e da Companhia Nacional de Bailado (Sofia Campos), a "imaginarem, em conjunto, uma proposta de celebração em que os portugueses festejem online", indicou.

"A proposta que vamos criar em conjunto será também um desafio aos artistas para pensarem o que significa celebrar o 25 de abril em que não podemos estar juntos", apontou.

Tiago Rodrigues disse que será estranho para os portugueses não irem para as ruas numa data histórica em que a esmagadora maioria celebra em público, mas disse esperar que a programação online que será criada "para verem em casa, esteja à altura destes tempos desafiantes para todos".

"É nisso que estamos a trabalhar muito intensamente, para criar essa resposta artística", que será anunciada em breve, segundo o diretor e encenador. A resposta à questão "como festejar o 25 de abril sem estar juntos" é "extremamente importante porque não podemos deixar de celebrar este momento tão importante da história do país", disse.

CISION

ID: 85932691

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Solidariedade cobre cerca de 3,5% do total de encomendas do SNS

Ofertas incluem equipamentos de proteção, comunicações, arcas frigoríficas e até gasolina

Governo só aceita donativos em bens e serviços, armazenados pelas Forças Armadas

Alexandra Barata
sociedade@jn.pt

DOAÇÕES A solidariedade dos portugueses e a internacional, no âmbito do combate à pandemia Covid-19, traduziu-se na doação de cerca de 3,5% do total das encomendas do Serviço Nacional de Saúde (SNS), revela ao JN a tutela. Além de equipamentos de proteção individual e de ventiladores, foram doadas comunicações telefónicas aos profissionais de saúde, arcas frigoríficas próprias para conservar testes e gasolina para veículos do SNS.

O Ministério da Saúde (MS) explica que, até ao dia de ontem, foram encomendadas cerca de 52 milhões de máscaras tipo II e mais de sete milhões de máscaras de respiradores FFP2 e FFP3. Segundo o site do Infarmed, estas duas últimas garantem níveis de proteção mais elevados aos profissionais de saúde que contactam com doentes infetados. A máscara FFP2 garante uma eficiência "média", enquanto a máscara FFP3 assegura uma eficiência "alta".

247 VENTILADORES DOADOS

"Quanto aos ventiladores, dos cerca de 1538 previstos para reforçar o SNS, 1151 são compras da ACSS [Administração Central do Sistema de Saúde], 247 doações e 140 empréstimos", adianta o MS. Como já foi anunciado publicamente, o SNS recebeu ainda a oferta de camas da Movijovem (pousadas da juventude) e alguns hotéis disponibilizaram quartos para alojar profissionais de saúde. Houve também pessoas que se ofereceram como voluntárias, "em áreas que venham a ser necessárias".

"Não podemos deixar de referir o importante papel da sociedade civil, seja através de doações individuais, seja de empresas, nacionais e estrangeiras, que muito têm contribuído também para este esforço", reconhece o MS.

DINHEIRO NÃO

A tutela sublinha, contudo, que "não são aceites donativos em dinheiro". Face à tipologia e ao volume de ofertas, as Forças Armadas estão a dar apoio logístico no armazenamento, gestão e distribuição dos bens.

Os interessados em contribuir para o combate à Covid-19 são aconselhados a aceder à página https://covid19.min-saude.pt/, onde encontram um espaço específico para a oferta de dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual (EPI) ao SNS, e outro para doações.

As empresas que queiram produzir EPI têm de cumprir requisitos de segurança e de desempenho, normas europeias ou outros requisitos legais. São ainda indicados os contactos de fornecedores de matérias-primas.

Máscaras, batas, fatos de proteção integral, cogulas [proteção da cabeça, da cara e do pescoço, com abertura nos olhos], toucas, manguitos [proteção do antebraço], proteção de calçado, luvas, óculos, viseiras, álcool-gel e zaragatoas [espécie de cotonete para recolha de secreções] são os equipamentos médicos que constam na lista divulgada no site Covid-19.

Apesar disso, o MS garante que "o Governo tem empenhado todos os esforços para garantir a existência de todos os meios disponíveis, para responder às necessidades dos cidadãos".

MÁRIO CRUZ / LUSA

Carregamentos de material de proteção, ventiladores e testes estão a chegar ao país

AVISO

Costa não quer que se repitam os desperdícios de Pedrógão Grande

A questão foi levantada pelo próprio primeiro-ministro, quando apelou para que todos os donativos destinados ao combate à Covid-19 fossem articulados com as administrações regionais de Saúde. Em declarações à Lusa, sublinhou a importância de os recursos não serem desperdiçados e chegarem a quem mais precisa. Contudo, não existe nenhuma entidade, sob alçada do Governo, à qual se possa doar dinheiro, para evitar o que se passou em Pedrógão Grande, após os incêndios de 2017. "Respondemos única e exclusivamente pelos equipamentos que adquirimos para o SNS e que distribuímos ao SNS", afirmou António Costa, na quinta-feira. "Não podemos responder pelos mais diversos movimentos, de iniciativa espontânea, que se têm envolvido na distribuição de donativos por parte de terceiros."

INICIATIVAS

Vizinho Amigo
O projeto Vizinho Amigo foi criado por 15 estudantes universitários para proteger os grupos de risco da Covid-19, através da compra e entrega de produtos de mercearia e medicamentos. Tem mais de cinco mil voluntários no país.

Banco Alimentar
O Banco Alimentar, com o apoio da Entreajuda, criou uma Rede de Emergência Alimentar, para apoiar as pessoas mais vulneráveis que ficaram privadas da assistência alimentar que recebiam, devido à pandemia causada pela Covid-19.

Ventiladores
Líder mundial no setor da tecnologia médica, a Medtronic anunciou a partilha pública das especificações técnicas e fabrico do ventilador PB 560, para permitir que outras indústrias os possam fabricar.

Conta solidária
A Ordem dos Médicos e a Ordem dos Farmacêuticos criaram uma conta solidária para apoiar aqueles que cuidam da sociedade, através de donativos financeiros, equipamentos hospitalares e equipamentos para proteção individual. A conta da CGD tem o seguinte IBAN: PT50 0035 0646 00017662 930 21.

CISION

ID: 85932750

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 13
Cores: Preto e Branco
Área: 3,96 x 7,36 cm²
Corte: 1 de 1

Agências de viagens gratas com reembolsos

BRUXELAS A Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT) manifestou-se satisfeita com o anúncio da Comissão Europeia de que os turistas com viagens canceladas devido à pandemia têm direito a reembolso. A associação aguarda agora que "o Governo produza legislação de caráter excecional".

CISION

Jornal de Notícias

ID: 85932724

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 8,89 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Costa promete que recuperação não será feita com mais austeridade

Primeiro-ministro afasta para já cortes salariais e acredita que irá contar com apoio do BE e PCP

ENTREVISTA O primeiro-ministro garantiu que a recuperação económica do país não será feita com a mesma receita de austeridade usada há dez anos. Para já, afasta cortes salariais na Função Pública, mas assume que deve ser aprovado um orçamento retificativo para 2020. António Costa confessa, em entrevista à Lusa, que ficaria "muito desiludido se só pudesse contar com BE e PCP em tempo de vacas gordas".

"Sabemos que não vamos sair sem dor", frisa, mas o Governo, insiste, não olha para esta crise "como um momento de punição e de castigo" e, por isso, não irá seguir um caminho de austeridade. "Podem estar seguros de que não adotarei a mesma receita, não só porque já na altura não acreditei nela, como porque a doença agora é claramente distinta. Portanto, querer aplicar a mesma receita que já se demonstrou errada há dez anos seria agora duplamente errado", afirmou.

Costa assume que há a "enormíssima probabilidade" de ser aprovado um orçamento suplementar para 2020. Questionado sobre a possibilidade de voltar a haver cortes salariais para os funcionários públicos, António Costa respondeu: "Não vale a pena começar a antecipar aquilo que seguramente todos queremos evitar".

Interpelado sobre o apoio de BE e PCP, António Costa sublinhou que "ficaria muito desiludido" se só pudesse contar com o PCP e com o BE em tempo "de vacas gordas. O Governo, defendeu, já atua em regime de salvação nacional na luta contra a pandemia e é essencial que a unidade se mantenha na fase de recuperação dos danos económicos.

António Costa
Primeiro-ministro

"Desta vez, estamos perante uma crise económica geral, onde não temos de andar a punir ninguém"

"Todos devem estar conscientes que, depois desta primeira vaga, outras vagas podem vir. Este esforço não é uma corrida de 100 metros, é uma maratona"

MÁRIO CRUZ / EPA

"Sabemos que não vamos sair sem dor"

CISION

ID: 85932677

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 6
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 3

MÁRIO CRUZ / LUSA

Ministra da Saúde avisa que só pagará fatura dos doentes que forem encaminhados para o setor privado ou social pela linha Saúde 24

Estado não vai pagar custos de quem for para o privado por opção

Marta Temido diz que, apesar do aumento de infetados de anteontem, o país mantém-se numa fase de planalto

Hermana Cruz
hermana.cruz@jn.pt

BOLETIM O Estado não vai suportar os custos com tratamentos ou internamentos de doentes com Covid-19 no setor privado que não tenham sido encaminhados pela linha Saúde 24. O aviso foi deixado, ontem, pela ministra da Saúde. Quem for para o privado por iniciativa própria vai ter que suportar as despesas, deixou claro Marta Temido.

"Temos que ser muito racionais. É facilmente compreensível, se formos racionais", começou por dizer Marta Temido, quando, ao apresentar o boletim epidemiológico de ontem, foi confrontada com uma reportagem da SIC, segundo a qual o grupo Lusíadas tenciona cobrar ao Estado os custos que está a ter com os seus doentes Covid-19.

"Sempre dissemos que a porta de entrada é desejavelmente o SNS 24 e, portanto, não faria sentido que utilizássemos agora um entendimento distinto daquele que sempre temos utilizado", considerou a ministra da Saúde, numa conferência de Imprensa, em que foi revelado um aumento de 3,3% no número de infetados. São agora um total 15 987 doentes, mais 515 do que anteontem.

A ministra explicou que as cláusulas contratuais dos acordos de adesão com os setores privados e social preveem que essas entidades possam integrar a resposta à pandemia desde que essa necessidade seja confirmada pelas entidades hospitalares e pelas administrações regionais de saúde.

"O que ninguém entenderia certamente era que o Serviço Nacional de Saúde, de um momento para o outro, fosse também responsável financeiramente por aquilo que têm sido os atendimentos dos utentes que pela sua livre vontade, por sua iniciativa, escolheram dirigir-se a um prestador privado", considerou Marta Temido. E, perante a insistência dos jornalistas, rematou: "Quem é que pagaria antes? A resposta é clara!"

MAIS 3,3% DE NOVOS CASOS

Um dia depois de Jamila Madeira, a secretária de Estado da Saúde, ter anunciado 1516 novos infetados, Marta Temido sentou-se em frente das câmaras para confirmar mais 515 doentes. Um regresso a taxas de crescimento bastante inferiores aos 10%. No caso de ontem, foi de 3,3%. O que, para a ministra, comprova que o pandemia se mantém numa fase de "planalto".

Para Marta Temido, o crescimento de anteontem, de 10,9%, é explicável por um pico de inscrições de notificações em atraso no Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (Sinave). E não porque a pandemia estará a crescer. Ainda assim, adverte: "Os resultados devem ser tratados com cautela".

CONTESTAÇÃO

Autarcas exigem dados por concelho

Os autarcas exigem ter dados detalhados dos doentes por concelho. Mas o Governo insiste que a informação deve ser canalizada para "o nível nacional", temendo a "possibilidade de violação do segredo estatístico". Ontem, a Câmara do Porto escreveu à ministra da Saúde, pedindo os "números desagregados", como o total de infetados no concelho com mais de 65 anos. "Boletins parcelares podem ser causadores de análises fragmentadas", reagiu Marta Temido. Para a Câmara de Espinho, trata-se de "vedar informação imprescindível".

Dados para cientistas

O formulário para investigadores acederem a dados da epidemia já está disponível na página oficial de Direção-Geral da Saúde. "Encontra-se a descrição das variáveis disponíveis no ficheiro de metadados ao qual é possível aceder mediante pedido que é carregado na página", revela a ministra da Saúde.

Inquérito-piloto

O Instituto Ricardo Jorge está a preparar um inquérito-piloto, com base em testes sorológicos a 1700 pessoas, que visa estudar a imunidade à Covid-19. Segundo a diretora-geral de Saúde, Graça Freitas, ainda está a ser pensado como será feito o estudo. Por exemplo, "como será aferido o nível de anticorpos".

Testes positivos

A DGS explica que a diferença entre o total de casos de infeção e o total de testes positivos no boletim diário se deve ao facto de um mesmo doente ter feito vários testes positivos.

POR DENTRO

1849

profissionais de saúde estão infetados: 276 são médicos, 488 enfermeiros e 1085 são trabalhadores de outras áreas hospitalares.

Mais de 160 mil testes

Desde o passado dia 1 de março já foram efetuados 161 475 testes de despiste (53% em laboratórios públicos), dos quais 17 893 deram resultado positivo. Trata-se de uma média de nove mil testes por dia.

Situação em Portugal

Totais (dados do Relatório de Situação, da DGS, de 11 de abril) e variação face ao dia anterior

15 987 casos confirmados ↑ 3,3%

470 mortos ↑ 8%

266 recuperados ↑ 14,2%

1175 internados (233 nos cuidados intensivos) ↓ -0,3%

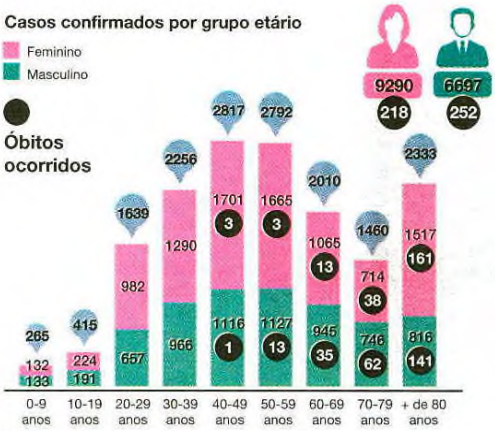
130 300 suspeitos (desde 1 de janeiro de 2020) ↑ 5,5%

3961 aguardam resultado laboratorial ↓ -12,2%

110 352 casos não confirmados ↑ 6,5%

25 432 em vigilância ↓ -1,9%

Casos confirmados por grupo etário

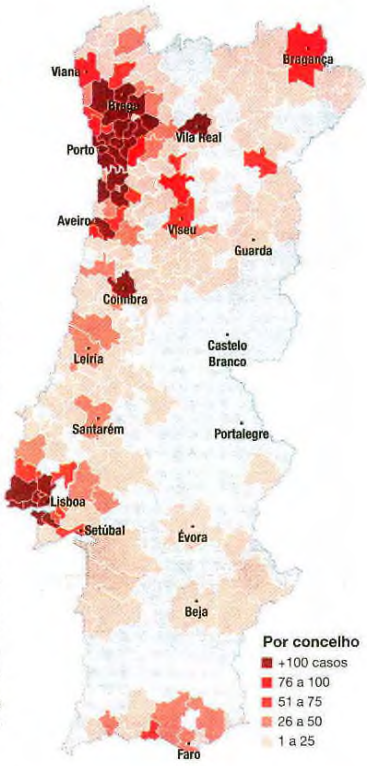


Por região de residência**

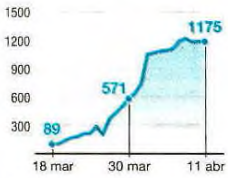
**Gráficos de casos confirmados e número de mortos feitos em escalas diferentes

660 casos importados

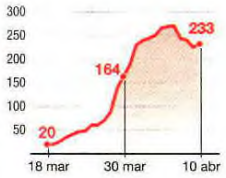
160	Espanha
118	França
68	Reino Unido
43	Suíça
43	Emirados Árabes Unidos
30	Andorra
29	Itália
22	Brasil
19	EUA
17	Países Baixos
14	Austrália
14	Argentina
9	Bélgica
9	Alemanha
7	Áustria
5	Canadá
4	Índia
4	Egito
4	Cabo Verde
3	Israel, Guatemala e Tailândia
2	Irlanda, Jamaica, Chile, Luxemburgo, Malta e Paquistão
1	Alemanha/Áustria, Alem./Irlanda, Irão, Dinamarca, Maldivas, Azerbaijão, Polónia, Qatar, Rep. Checa, Cuba, China Venezuela, Suécia, Indonésia, Noruega, Ucrânia, Marrocos, México, Turquia e Singapura



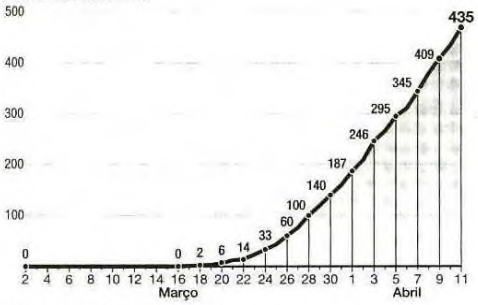
Número de internados



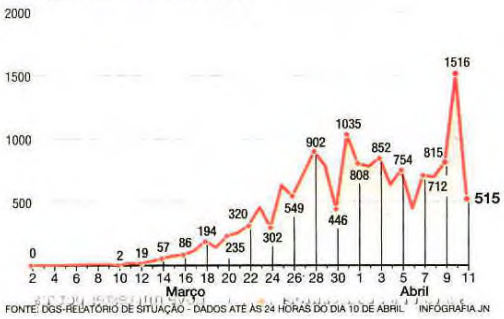
Internados em UCI



Óbitos (acumulado)



Evolução diária de novos casos



FONTE: DGS-RELATÓRIO DE SITUAÇÃO - DADOS ATÉ ÀS 24 HORAS DO DIA 10 DE ABRIL INFOGRAFIA JN

Infetados por concelho

Lisboa	867	Albufeira	52	Alenquer	15	Celorico da Beira	7	Arganil	3
Porto	852	Mafra	52	Guarda	15	Lousã	7	Cadaval	3
Vila Nova de Gaia	758	Setúbal	52	Oliveira do Bairro	15	Sever do Vouga	7	Fig. de Cast. Rodrigo	3
Gondomar	646	Vale de Cambra	52	Silves	15	Tondela	7	Lagoa (Faro)	3
Matosinhos	643	Moita	51	Melgaço	14	Almeida	6	Lagos	3
Braga	579	Santarém	45	Montemor-o-Velho	14	Baião	6	Óbidos	3
Maia	565	Estarreja	44	Palmela	14	Beja	6	Porto de Mós	3
Valongo	464	São João da Madeira	44	Anadia	13	Caldas da Rainha	6	Sabrosa	3
Ovar	403	Marco de Canaveses	43	Lamego	13	Cinfães	6	Santa Comba Dão	3
Sintra	374	Espinho	42	Nelas	13	Horta	6	São Roque do Pico	3
Coimbra	265	Faro	42	Peso da Régua	13	Murtosa	6	Vila N. da Barquinha	3
Santa Maria da Feira	265	Loulé	41	Vagos	13	Paredes de Coura	6	Vila Nova de Poiares	3
Cascais	251	Condeixa-a-Nova	40	Vieira do Minho	13	Peniche	6	Vila Pouca de Aguiar	3
Vila N. de Famalicão	193	Arcos de Valdevez	39	V. R. Santo António	13	Santa Cruz	6		
Loures	191	Montijo	38	Figueira da Foz	12	Terras de Bouro	6		
Guimarães	189	Leiria	36	Gouveia	12	Valença	6		
Oeiras	163	Amarante	35	Soure	12	Velas	6		
Aveiro	160	Mangualde	34	Mealhada	11	Alcácer do Sal	5		
Amadora	153	Águeda	32	Monção	11	Alpiarça	5		
Paços de Ferreira	146	Pombal	31	Olhão	11	Carraz. de Ansiães	5		
Felgueiras	145	Portimão	29	Santiago do Cacém	11	Covilhã	5		
Almada	142	Torres Vedras	29	Trancoso	11	Góis	5		
Paredes	141	Cantanhede	28	Almeirim	10	Lourinhã	5		
Vila Real	134	Fafe	28	Marinha Grande	10	Madalena	5		
Barcelos	133	Póvoa de Lanhoso	27	Vinhais	10	Ponta do Sol	5		
Odivelas	131	Benavente	26	Alcochete	9	Porto Santo	5		
Santo Tirso	128	Esposende	26	Caminha	9	Salvaterra de Magos	5		
Seixal	127	Funchal	26	Penacova	9	Sátão	5		
Oliveira de Azeméis	114	Tavira	26	Pinhel	9	Seia	5		
Lousada	107	Amares	25	Tomar	9	Valpaços	5		
Viana do Castelo	95	Arouca	25	Torres Novas	9	Vila Flor	5		
Ílhavo	87	Ourém	25	Celorico de Basto	8	Abrantes	4		
Penafiel	84	Alvaiázere	22	Miranda do Corvo	8	Ansião	4		
Bragança	82	Moura	22	Moimenta da Beira	8	Batalha	4		
Castro Daire	81	Évora	21	Oliveira de Frades	8	Calheta (Açores)	4		
Vila do Conde	77	Torre de Moncorvo	21	Reg. de Monsaraz	8	Elvas	4		
Trofa	75	Vizela	21	Rio Maior	8	Figueiró dos Vinhos	4		
Barreiro	74	Chaves	19	São Pedro do Sul	8	Grândola	4		
Vila Nova de Foz Côa	70	Ponte de Lima	19	Vila Praia da Vitória	8	Miranda do Douro	4		
Viseu	65	Cartaxo	18	Vimioso	8	Oliveira do Hospital	4		
Vila Verde	62	Mac. de Cavaleiros	17	Alcobaça	7	Ponte da Barca	4		
Vila Franca de Xira	60	Mirandela	17	Cabeceiras de Basto	7	Sines	4		
Póvoa de Varzim	56	Serpa	17	Câmara de Lobos	7	Tábua	4		
Resende	53	Sesimbra	17	Carregal do Sal	7	Vila N. de Cerveira	4		
Albergaria-a-Velha	52	Coruche	16	Castelo de Paiva	7	Alcanena	3		

Notas metodológicas

A informação apresentada refere-se ao total de notificações clínicas no sistema SINAVE

Dados por concelho de ocorrência. Quando o número de casos confirmados é inferior a 3, por motivos de confidencialidade, não são apresentados dados.

CISION

ID: 85932677

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 13,54 x 1,27 cm²
Corte: 3 de 3

jn.pt Diário. Ano 132. N.º 316. Preço: 1,70€ Domingo 12 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN
Jornal de Notícias

O milagre da manipulação das células

Linfoma condenava Maria Isabel a seis meses de vida, mas terapia inovadora salvou-a P. 22 e 23

Empresária dá casa a jovens que iam ficar na rua

Dona de alojamento local acolhe cinco estrangeiros depois de ler no JN notícia sobre despejo P. 32

Sporting
Jogadores sofrem corte de 40% nos vencimentos P. 46

Eurocidades
Fecho de fronteiras cancela todas as iniciativas P. 31

Cinema
Nem Hollywood escapa ao travão global da indústria P. 39

LEONEL DE CASTRO / GLOBAL IMAGENS

NOTÍCIAS MAGAZINE
NASCER NOS DIAS DA MORTE

Páscoa
Cabrito ao domicílio para manter tradição

Igreja
Mensagem de D. Manuel Linda, bispo do Porto

AUTORIDADES ALARMADAS COM RECORDE DE DETENÇÕES

Covid-19 PSP aperta fiscalização **Cadeias** 289 presos libertados **Saúde** Guia de combate ao coronavírus **Amieiro** Aldeia transmontana queimou a pandemia P. 4 a 21

BALANÇO 470 MORTOS 15 987 INFETADOS 266 CURADOS

PUBLICIDADE

CISION

Jornal de Notícias

ID: 85932657

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 9,28 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Marcelo mantém emergência sem restrições da Páscoa

Medidas de exceção prorrogadas até 1 de maio. Presidente rejeita baixar a guarda em abril

DECISÃO O estado de emergência será renovado até 1 de maio pelo presidente da República, mas a nova declaração não incluirá as medidas restritivas impostas no período pascal, como a proibição de deslocações fora dos concelhos de residência ou o encerramento dos aeroportos lusos.

O regime de medidas restritivas da segunda prorrogação deverá ser igual ao que vigorava antes do período pascal. O JN apurou, junto de fonte de Belém, que a predisposição de Marcelo Rebelo de Sousa é de manter as restrições, até porque o chefe de Estado entende que ainda "não podemos neste momento decisivo baixar a guarda". Anteontem, Marcelo insistiu na ideia de que não deve afrouxar-se na contenção em abril, de modo a "abrir perspetivas no mês de maio".

Outro sinal de que a contenção deve ser a palavra de ordem foi a manifestação de apoio à proposta do Governo para a conclusão do ano escolar, que mantém a generalidade das escolas de portas encerradas.

ARTICULAÇÃO COM COSTA

O novo texto da declaração do estado de emergência chegará ao Governo na quarta-feira, como noticiou o JN. A mesma fonte de Belém sublinha ainda que a prorrogação terá o colete de forças que o primeiro-ministro entender, sendo que a versão final terá o alinhamento total com António Costa, como as declarações anteriores. Aliás, o primeiro-ministro afirmou, anteontem, que ficaria muito surpreendido se Marcelo não propusesse a renovação do estado de emergência, "ainda que possa propor a alteração das medidas".

A formalização desse texto será precedida de um encontro com epidemiologistas em Belém. O chefe de Estado pretende auscultar os especialistas, antes de enviar a declaração para a obtenção de parecer do Governo. A renovação do estado de emergência terá de ser aprovada no Parlamento.

SABER MAIS

Fazer compras e passeios curtos

O novo texto da declaração do estado de emergência deverá levantar a proibição de circulação entre concelhos, mas manterá restrições às deslocações. Serão permitidos, por exemplo, os passeios de curta duração e as saídas para fazer compras essenciais.

Restaurantes e cafés continuarão fechados

Os cafés, os restaurantes e os bares continuarão fechados. Só funcionará o serviço de take away.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Marcelo envia novo texto ao Governo na quarta-feira

CISION

ID: 85932402

Público

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 10,11 x 23,55 cm²
Corte: 1 de 2

Privado recebe até 13 mil euros por doente que o SNS lhe envie

Ana Maia

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) só vai pagar aos hospitais privados o tratamento dos doentes de covid-19 que forem encaminhados pelos hospitais públicos, esclareceu ontem a ministra da Saúde. É isso que prevê o acordo, válido por três meses e com a possibilidade de renovação mensal, a que os hospitais privados e do sector social podem aderir. O documento define preços de acordo com a complexidade do caso: por um doente que precise de ventilação por mais de quatro dias, o SNS pagará perto de 13 mil euros.

"As entidades que operam no sector privado e social podem, se assim o entenderem e desde que haja necessidade confirmada pelas entidades hospitalares e pelas Administrações Regionais de Saúde, integrar as respostas à covid-19. O que ninguém entenderia certamente é que o SNS, de um momento para o outro, fosse também responsável financeiramente por aquilo que tem sido os atendimentos dos utentes que, pela sua livre vontade, escolheram dirigir-se a um prestador privado", afirmou a ministra Marta Temido.

Em causa as declarações de responsáveis dos grupos Lusíadas Saúde e Luz Saúde, numa reportagem da SIC, que admitiram cobrar ao SNS todas as despesas com doentes de covid-19, independentemente de serem encaminhados pelo SNS ou de se dirigirem por opção própria ao hospital privado. E que levaram o Bloco de Esquerda a pedir esclarecimentos.

O acordo publicado pela Administração Central do Sistema de Saúde também prevê o encaminhamento para o privado de utentes com doenças que não covid-19 que estejam internados nos hospitais públicos.

Os valores globais a pagar por doente dizem respeito a todos os cuidados, desde a fase de referenciação até à alta. Assim, por um doente internado que não precise de ventilação ou que a faça só até 96 horas, o valor a pagar é de 1962 euros. Por um doente internado que tenha feito mais de 96 horas de ventilação, o valor será de 12.861 euros. Pelos utentes com doenças que não covid-19, aplicam-se os preços de acordo com a doença e tendo por base as tabelas que os hospitais públicos usam no pagamento aos hospitais privados com um desconto mínimo de 10%.

Luís Drummond Borges, administrador da Lusíadas Saúde, disse ao PÚBLICO que o acordo agora em cima da mesa é diferente do que foi apresentado pela ACSS a 20 de Março, antes da fase de mitigação, que ditou que o atendimento à covid-19 se faria em todo o sistema de saúde e quando se receava um aumento de casos superior ao registado. "A proposta inicial tinha uma alínea que dizia que tinham acesso aos privados os doentes que fossem avaliados pelas áreas dedicadas covid-19 criadas nas urgências dos privados", o que já não é referido neste acordo.

AAssociação de Hospitalização Privada não comentou as palavras da ministra Marta Temido

Foi com base naquela proposta que o Grupo Lusíadas "se adaptou, atendeu nas urgências mais de 460 pessoas e internou mais de 18 doentes de covid-19". "Agora temos novas orientações. O Estado entende que o envolvimento dos privados deverá ser com os doentes transferidos." Garantindo que o grupo "mantém a disponibilidade para trabalhar em prol dos cidadãos", Luís Drummond Borges explica que vão avaliar as novas condições e encaminhar para os hospitais públicos os doentes com covid-19 que precisem de ser internados, dado que, "tratando-se de uma pandemia, o sector segurador não comparticipa o internamento".

A Associação Portuguesa de Hospitalização Privada não quis comentar as declarações da ministra.

CISION

ID: 85932402

Público

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 1,29 cm²
Corte: 2 de 2

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.945 • 1,70€ • Domingo, 12 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos

Público

Pós-pandemia
O preço a pagar é sermos mais vigiados?
P2

Slavoj Zizek
Ensaio exclusivo sobre o que se segue à crise da covid-19
P2

Parlamento
Bloco Central resolveu 60% das últimas votações
Política, 20

Ensino à distância excluiu quase metade dos alunos do 1.º ciclo

Inquérito da Católica para PÚBLICO e RTP mostra que um terço dos portugueses perdeu rendimentos com a pandemia • Governo lança programa para levar computadores e Internet a todos os alunos • Estado paga até 13 mil euros por cada doente que transfira para privados • Autarcas exigem acesso diário a dados locais

Destaque, 2 a 15 e Editorial • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

PAULO PIMENTA

Igrejas vazias nesta Páscoa, mas com a Internet a olhar para elas

ISNN-0872-1548

CISION

ID: 85932443

Público

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 20
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 1 de 2

Bloco central resolveu 60% das últimas votações parlamentares

Rio dá a mão ao Governo para travar partidos à esquerda do PS na resposta à crise. Catarina Martins desafia PS a escolher entre bloco central e BE. E Costa quer que BE e PCP tenham programa para tempos difíceis.

Alinhamentos

Marta Moitinho Oliveira

O bloco central funcionou em 60% das votações realizadas no dia 8 no Parlamento, quando os deputados fizeram uma maratona de debate e votação de medidas de resposta à crise económica e social gerada pela covid-19. No plenário, a fórmula da "geringonça" só foi usada em 20% das votações. A crise pandémica está a mexer com o tabuleiro político.

Naquela tarde, o debate e a fase de votação duraram mais de seis horas, com o momento do voto a lembrar o processo legislativo do Orçamento do Estado, com páginas e páginas de guiões e microguiões. Na altura foi perceptível que PS e PSD votaram muitas vezes do mesmo lado. E não era de esperar outra coisa. Rui Rio anunciou no primeiro debate sobre sobre a resposta à pandemia do novo coronavírus que, neste tema, o PSD ia estar ao lado do Governo. E a ajuda foi usada para travar as propostas mais à esquerda.

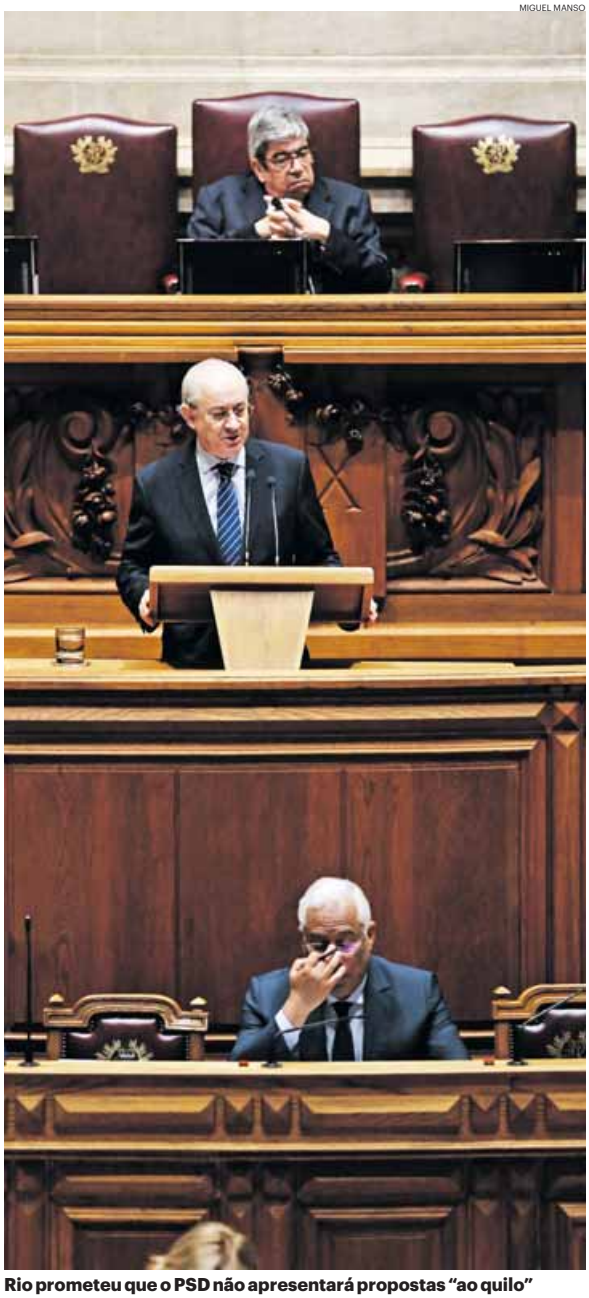
Mas faltavam números para dar expressão a esta tendência de voto do Parlamento. O PÚBLICO consultou os nove relatórios (um principal e oito microguiões) das 289 votações que decorreram naquela tarde. E os resultados são claros: em 173 votações o PS e o PSD estiveram ao lado um do outro, com BE e PCP a votarem juntos de forma oposta na grande maioria das vezes. Isto significa que o bloco central funcionou em 60% das vezes em que foi preciso votar.

Por outro lado, os relatórios das votações mostram que PS, BE e PCP coincidiram no sentido de voto em 59 das 289, ou seja, em 20% das vezes.

As restantes votações foram casos em que surgiram outras soluções: houve algumas por unanimidade (só cinco) e o resto são outras votações de geometria muito variável.

A coincidência de posições entre PS e PSD deu-se na rejeição da apreciação parlamentar pedida pelo PCP pela qual os comunistas queriam reforçar os apoios previstos pelo Governo, no primeiro decreto-lei, às famílias. Foi com a ajuda do PSD que o PS viu as propostas do PCP e do PAN rejeitadas. Uma delas era, por exemplo, a criação de um suplemento remuneratório igual a 20% do vencimento-base por risco de contágio para os trabalhadores de serviços essenciais. Só neste conjunto de votações, o bloco central votou lado a lado 58 vezes.

MIGUEL MANSO



Rio prometeu que o PSD não apresentará propostas "ao quilo"

Mas houve mais. No relatório principal de votações é possível ver que o PSD deu a mão ao PS 88 vezes para chumbar várias iniciativas. Era neste conjunto de votações que estavam, por exemplo, propostas para reduzir o número máximo de horas de trabalho para quem está em regime de teletrabalho e a cuidar dos filhos (PEV), ou a suspensão do pagamento de propinas nas universidades (do BE), ou até a proposta para tornar obrigatório um período de carência na moratória dos bancos (do PCP).

> **"Ficaria muito desiludido, se tivéssemos de chegar à conclusão de que só podemos contar com o PCP e com o BE em momentos de vacas gordas", disse Costa**

Foi também às mãos do PS e PSD que foram chumbadas as propostas que admitiam cláusulas excepcionais para os pagamentos do Estado às concessionárias das parcerias público-privadas (PPP) rodoviárias e a que previa que durante esta fase aos administradores de grandes empresas, entre elas os bancos, não pudessem receber bónus e não fossem distribuídos dividendos aos accionistas.

Um dos casos em que foi possível ver sintonia entre PS, BE e PCP – o núcleo duro da "geringonça" – foi na aprovação da proposta comunista de proibição de cortes em serviços essenciais como água, luz e gás, enquanto estiverem em vigor as medidas excepcionais e temporárias de resposta à covid-19. Neste ponto, o PSD votou contra.

Outro caso em que a "geringonça" funcionou foi no momento de votar a proposta do PEV que impede as instituições bancárias de cobrar quaisquer comissões pelas operações realizadas através de aplicações digitais ou plataformas *online*, enquanto se determinar ou solicitar isolamento social, decorrente da covid-19. O PS conseguiu restringir o âmbito de aplicação da proposta dos Verdes, ao limitar esta isenção no pagamento aos clientes em situações excepcionais no âmbito da crise pandémica. PS, BE, PCP conseguiram reunir votos para aprovar a medida, ao juntarem outros partidos, mas também aqui o PSD votou contra.

O apoio de Rui Rio ao Governo foi anunciado assim que o Parlamento começou a discutir as consequências da pandemia nas frentes económica e social. O líder do PSD disse a 18 de Março: "Neste combate, este não é o Governo de um partido adversário: é o Governo de Portugal, que todos temos de ajudar neste momento. No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração."

O PSD defende que é preciso deixar o Governo governar e o presidente do partido optou por não apresentar propostas "ao quilo" no Parlamento. Rio admitiu que seja preciso pensar num governo de salvação nacional, quando o foco for já só a crise económica.

O posicionamento do PSD já motivou reacções à esquerda. Em entrevista ao *Expresso*, a líder do BE, Catarina Martins, defendeu que o PS tem de escolher entre o bloco central (que serve para aplicar a receita da austeridade) e o BE (que a rejeita).

António Costa aproveitou para deixar o desafio aos seus parceiros naturais para um período novo, diferente da conjuntura económica anterior. "Ficaria, aliás, muito desiludido, se tivéssemos de chegar à conclusão que só podemos contar com o PCP e com o Bloco de Esquerda em momentos de vacas gordas e em que a economia está a crescer", disse o primeiro-ministro, em entrevista à Lusa.

marta.oliveira@publico.pt

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.945 • 1,70€ • Domingo, 12 de Abril de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Público

Pós-pandemia
O preço a pagar é sermos mais vigiados?
P2

Slavoj Zizek
Ensaio exclusivo sobre o que se segue à crise da covid-19
P2

Parlamento
Bloco Central resolveu 60% das últimas votações
Política, 20

Ensino à distância excluiu quase metade dos alunos do 1.º ciclo

Inquérito da Católica para PÚBLICO e RTP mostra que um terço dos portugueses perdeu rendimentos com a pandemia • Governo lança programa para levar computadores e Internet a todos os alunos • Estado paga até 13 mil euros por cada doente que transfira para privados • Autarcas exigem acesso diário a dados locais

Destaque, 2 a 15 e Editorial • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

PAULO PIMENTA

Igrejas vazias nesta Páscoa, mas com a Internet a olhar para elas

ISNN-0872-1548

CISION

ID: 85932458

Público

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 16
Cores: Cor
Área: 25,70 x 12,53 cm²
Corte: 1 de 1

Verdade e ponderação

David Pontes
Editorial

Nada é fácil neste tempo interrompido da normalidade. Fechados em casa, somos inundados pelo fluxo de informação monotemática sobre o coronavírus. Nos *media*, nas redes sociais, nas nossas conversas, não há ponto da nossa vida que esteja intocável. Muitas vezes certamente nos sentimos perdidos para distinguir entre verdade e mentira, entre informação relevante e acessória. Para isso é crucial perceber o peso que a verdade tem para se transformar na Verdade.

Veja-se a necessidade hoje de perceber o significado da descoberta de que 91 doentes dados como curados na Coreia do Sul voltaram a revelar-se infectados. A possibilidade de se tratar de um padrão generalizado é um susto para qualquer política de saúde pública, um golpe para a nossa esperança de sairmos da epidemia. Os 91 doentes podem ser verdade, mas, ouvidos os especialistas, eles apontam que estes casos são uma excepção, uma anomalia à procura de explicação, num universo de quase 400.000 pessoas recuperadas da doença. O contexto é essencial.

Para o Ministério da Saúde a diferença entre os números relatados diariamente pela DGS e aqueles que os autarcas vão sabendo pelas autoridades locais de Saúde podem ser uma coisa acessória, o contexto com que têm de lidar é o nacional. Mas para os autarcas, que actuam num contexto diferente, a Verdade só existe com os números locais. A decisão da ministra da Saúde, Marta Temido, de pedir aos delegados de saúde pública para que "se concentrem" na informação nacional e deixem de reportar localmente suscitou um expectável protesto.

A tensão de "análises parcelares", como a ministra referiu, seja neste caso, seja na distribuição de testes ou de ventiladores, faz parte do problema, mas a solução não pode ser deixar de prestar informação aos autarcas, a menos que não se conte com eles na luta pela pandemia. Se os serviços fornecem números discrepantes, resolva-se a questão, mas não se perca a necessidade de transparência. Se algum autarca não está a ter boas práticas, corrija-se o autarca, mas não se esqueça que para muitos portugueses eles são a instância de apelo mais próxima.

Nesta altura, exige-se a todos, dos cidadãos aos eleitos, um acrescido cuidado na forma como lidamos com a informação. Ninguém pode esquecer que numa epidemia, mesmo a verdade mais insofismável, sem ponderação, pode desencadear comportamentos contrários ao desejado. É neste contexto que os autarcas também não podem esquecer a confiança que merecem as autoridades nacionais e que não deve ser minada, sendo de todo dispensável a argumentação de "censura" e "lápis azul" evocada pelo autarca de Espinho nesta polémica. A transparência é imperativa, mas também a cabeça fria e a ponderação.

david.pontes@publico.pt

CISION

ID: 85922346

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 6
Cores: Cor
Área: 25,70 x 27,23 cm²
Corte: 1 de 3

DECRETO PRESIDENCIAL VAI SER RENOVADO

Estado de emergência até

MARCELO Presidente frisa que "não podemos brincar em serviço" **LIMITAÇÕES** Restrições como as implementadas na

Marcelo Rebelo de Sousa vai voltar a ouvir os epidemiologistas na próxima quarta-feira e só então decidirá os termos em que justificará a renovação do estado de emergência, que será votada na AR

DIANA RAMOS

O estado de emergência vai voltar a ser prolongado até ao dia 1 de maio, isso está já garantido, a dúvida reside agora no momento em que as limitações à atividade económica serão levantadas. Presidente da República e primeiro-ministro querem que maio seja o mês do retomar cauteloso da atividade, mas ninguém quer assumir riscos excessivos.

Ontem, Marcelo Rebelo de Sousa lembrou que tinha "avisado os portugueses" para a possibilidade de o número de infetados subir em abril e os números ontem tornados públicos pela Direção-Geral da Saúde mostram que "temos de estar muito focados no combate, que não está totalmente ganho". O Chefe de Estado explicou que aguardará pela reunião com os epidemiologistas para definir os termos em que redigirá o novo decreto presidencial, mas foi claro: "Está formada a minha convicção quanto à renovação do estado de emergência até 1 de maio pelas 24h00." Marcelo explicou que "não podemos

OUVIR ECONOMISTAS PARA DECIDIR SOBRE A RETOMA DA ATIVIDADE

brincar em serviço", pelo que não podemos também "num momento decisivo baixar a guarda" no que toca às restrições e ao distanciamento social. Ainda assim, o período entre 18 de abril de 1 de maio terá ligeiras diferenças face aos quinze dias anteriores. "Não penso que, para o período da extensão, se necessite de ter limitações tão restritivas como as da Páscoa."

ALEXANDRE AZEVEDO

Páscoa com restrições é determinante

Sobre uma quarta renovação do estado de emergência, Marcelo foi menos taxativo, adiantando apenas que "depende do que for a situação" do País. "Queremos que a propagação seja controlada e que não haja recaídas", explicou, lembrando que "a recaída é sempre pior do que a situação previamente vivida". Em termos práticos, o levantamento de algumas restrições para que a economia possa começar a retomar a atividade está dependente das mesmas

PRIMEIRO-MINISTRO ESTÁ SEGURO DE QUE HAVERÁ SEGUNDA VAGA DO VÍRUS

garantias a que estará sujeito o regresso das aulas presenciais para alunos do 11º e 12º anos.

Chefe de Estado e Governo têm estado em sintonia sobre a forma como o estado de emergência deve ser gerido. Há, para já, uma intenção por parte do Executivo de começar a pôr a economia a funcionar já em maio. Mas, para tal, o primeiro-ministro quer ter a garantia de que o risco de contágio está já controlado.

Aliás, António Costa vai receber na próxima semana economistas e representantes de vários organismos que avaliam as perspetivas económicas – como o Instituto Nacional de Estatística, Conselho de Finanças Públicas e universidades como o ISEG ou a Universidade Católica – para traçar cenários e delinear planos. O objetivo é tomar o pulso, dentro do possível, ao impacto económico da pandemia e recolher opiniões sobre o retomar da atividade económica. À TVI, Costa admitiu mesmo que é certo um segundo surto de contágio no País. "Seguramente vai surgir [uma segunda vaga]. Aí sou pessimista."

CISION

ID: 85922346

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 25,70 x 22,08 cm²
Corte: 2 de 3

maio

Páscoa não se repetirão

PORMENORES

Restrições até dia 17
A segunda renovação do estado de emergência vigora entre os dias 3 de abril e o próximo dia 17 de abril. O Presidente da República já anunciou que renovará o estado de emergência por mais 15 dias, até ao dia 1 de maio.

Reunião no Infarmed
A quarta sessão sobre a situação epidemiológica do País, com técnicos que trabalham em coordenação com a Direção-Geral da Saúde para o Chefe de Estado, primeiro-ministro, presidente da AR, partidos e parceiros sociais, é quarta-feira.

Debate na AR
A última reunião da conferência de líderes partidários tinha já colocado como provável a discussão e aprovação da terceira renovação do estado de emergência no plenário que está agendado para o próximo dia 16.

Plano de estabilidade
No plenário de dia 16, o Parlamento também votará alterações à Lei de Enquadramento Orçamental, já que o Executivo reconhece que não conseguirá apresentar o Plano de Estabilidade a Bruxelas até ao dia 15.

Audição de Centeno
Após o plenário, a 16, a comissão de Orçamento e Finanças ainda ouve Mário Centeno sobre as perspetivas orçamentais.

Homicidas, pedófilos, traficantes e incendiários não serão libertados

Subsídio igual ao salário líquido

O Governo aprovou um diploma que garante que o subsídio de assistência a filhos de funcionários públicos sobe para 100%, a exemplo do que acontece na Segurança Social. O Executivo fixou, ainda assim, um limite: este e outros subsídios não poderão em caso algum ser superiores ao salário líquido, quer se trate de trabalhadores do privado ou abrangidos pela CGA.

Pais estão em casa com os filhos

Crimes graves sem indultos

O Presidente da República reiterou que os indultos que assinará serão dirigidos a reclusos "mais velhos e mais doentes", numa lógica de redução do risco de contágio de grupos mais vulneráveis nas cadeias.

"[O indulto] não cobre homicídios, crimes sexuais de toda e qualquer natureza, abusos de menores, violência doméstica, violência contra as mulheres, crimes contra identidade cultural ou de género, roubo com violência, crimes de incêndio, nomeadamente incêndio florestal, e associação criminosa", explicou Marcelo Rebelo de Sousa numa declaração em Belém, ontem e já depois da promulgação do diploma aprovado pelo Parlamento.

Segundo o Chefe de Estado, o indulto também "não cobre tráfico de estupefacientes, como não cobre crimes de corrupção ativa ou passiva ou de branqueamento de capitais, como não cobre crimes cometidos por titulares de cargos políticos ou públicos". "Tudo isso está afastado", asseverou. Marcelo acrescentou que "os casos que virão às mãos do Presidente da República serão outros, ponderando a idade e a situação de saúde de cada um daqueles que pede ou vai pedir um indulto, ou que foi objeto de uma proposta do diretor ou responsável do estabelecimento prisional".

HOMICIDAS E PEDÓFILOS FORA DOS PERDÕES QUE MARCELO ASSINARÁ

O Presidente lembrou ainda que "não podemos estar a distrair as atenções com alarmismos injustificados". "Não há razão para esses alarmismos relativamente àqueles que podem vir a merecer indulto." Numa nota no site da Presidência, Marcelo já tinha dito que "vai indultar caso a caso" e que não haverá indultos em massa. ● D.R.

PUB

lotaria clássica

NESTA PÁSCOA
VAMOS SER FELIZES EM CASA.
Aposte na Lotaria da Páscoa. Dia 13 anda a roda!

ESPÉCIMEN

APOSTE
TAMBÉM A PARTIR DA APP JSC E EM JOGOSSANTACASA.PT
#UMABOAAPOSTA

JOGOS SANTACASA

SÁBADO 11/04/2020 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

HOJE Grátis
MARCO PAULO FALA DO CANCRO
CANTOR QUER REGRESSAR AOS PALCOS

HOJE 128 PÁGINAS

RÚBEN DIAS OU VINÍCIUS
BENFICA ADMITE GRANDE VENDA
P.42

COSTA GANHA JACKPOT EUROPEU

CINCO MIL MILHÕES PARA RESSUSCITAR ECONOMIA

ESPECIAL DE 32 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA

P.4 A 33, 39 E 52

200 MIL ALUNOS SEM REDE OU COMPUTADOR

54 MIL NÃO TÊM SEQUER INTERNET EM CASA

PARA GUARDAR HORÁRIO COMPLETO DA TELESCOLA

POLÍCIAS ESTÃO EXAUSTOS

RECEITAS COM O DOBRO DA VALIDADE

EMERGÊNCIA ATÉ 1 DE MAIO

MARCELO EXPLICA QUEM FICA OU SAI DA CADEIA

435 MORTOS
15 472 INFETADOS
233 CURADOS

PAIS PEDEM UM TELEMÓVEL POR ALUNO

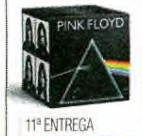
PROFESSORES QUEREM QUE OPERADORAS FORNEÇAM EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

GETTY IMAGES

PUB

PINK FLOYD

CORREIO da manhã



1 CD

11ª ENTREGA
5ª FEIRA, DIA 16
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

ENERGIA P.41
COMBUSTÍVEIS SOBEM JÁ NA PRÓXIMA SEMANA

Recuperação do petróleo agrava fatura

ACUSAÇÃO P.34
Falso inspetor da PJ de revólver e crachá viola prostituta

CRIMINALIDADE P.36
Burlas bancárias sobem com Covid-19

MORTE DE TRIATLETA P.35
MP diz que Rosa não podia arrastar corpo

OPERAÇÃO EM GRANADA P.37
PORTUGUÊS CAÇADO COM 124 MIL EUROS NO CARRO

PUB

EDITORES
GRÁFICAS
QUIOSQUES
DISTRIBUIDORA
SOMOS ESSENCIAIS!
TAMBÉM ESTAMOS NO COMBATE À PANDEMIA

CISION

CORREIO da manhã

ID: 85922401

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 10
Cores: Cor
Área: 25,70 x 27,54 cm²
Corte: 1 de 3

ENSINO À DISTÂNCIA

Telescola insuficiente para 200 mil alunos

Professores dizem que precisam comunicar com alunos

CITY IMAGES

LIMITE Famílias com dificuldades no acesso às novas tecnologias levam Governo a recorrer à televisão **CARÊNCIAS** Pais e professores defendem que escola à distância na TV só é eficaz com computadores, telefones, telemóveis e Correios

JOÃO SARAMAGO / MIGUEL BALANÇA

Há 54 mil alunos, dos 6 até aos 15 anos de idade, sem acesso a metodologias digitais necessárias para a concretização do ensino à distância. São cerca de 5,5% dos 977 mil menores desta faixa etária, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística.

A falta de acesso às novas tecnologias pode, contudo, atingir um em cada quatro alunos. Serão, assim, mais de 200 mil os alunos prejudicados, de acordo com o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira. "Há alunos que não têm computador ou possuem uma ligação deficiente à Net, por má qualidade da rede, nomeadamente no Interior ou em zonas montanhosas", referiu.

Os dados não contabilizam, também, "os alunos de famílias de vários irmãos onde há só um computador e que, em alguns casos, é também usado pelos

PRIMEIRO-MINISTRO ADMITE QUE HÁ MUITAS CASAS SEM COMPUTADOR

pais em teletrabalho", referiu o coordenador do Sindicato de Todos Os Professores (STOP), André Pestana.

Um problema que o Governo procura resolver com recurso à telescola. "[Há muitas casas sem computador] isso há. E é por isso, precisamente, que procurámos mitigar minimamente esse problema com a oferta de conteúdos pedagógicos através do canal da RTP Memória", referiu o primeiro-ministro, António Costa.

O Governo adotou o ensino por televisão como complemento às soluções digitais. Professores e pais pedem, por isso, que sejam encontradas soluções com as operadoras de telecomunicações. "Não basta as crianças verem o ensino na televisão. É preciso comunicarem com os professores", referiu o representante dos diretores de escola, Manuel Pereira. Para isso, explicou, será necessário, "na ausência de email, os professores telefonarem para os alunos ou recorrer ao correio", para os estudantes fazerem os trabalhos.

Também o presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), Jorge Ascensão, defende a necessidade de "ser mantido o contacto entre casa e escola". "A solução pode passar pelas operadoras, com a entrega de telemóveis com rede para os alunos comunicarem com os professores", disse. Por sua vez, o presidente da Federação Nacional de Educação, João Dias da Silva, entende que "deve ser estudado o alargamento da rede e a entrega de equipamentos a crianças carenciadas".

MARCELO DIZ QUE A PIOR SOLUÇÃO É A PASSAGEM ADMINISTRATIVA

Para o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o Governo encontrou a solução "possível". "Não há propostas perfeitas. Não há como ter uma recuperação integral do tempo perdido. Não há como evitar desigualdades entre crianças e entre famílias", referiu.

A solução adotada com recurso a avaliações evita "passagens administrativas. Evitando o que seria a pior solução de todas", considera Marcelo.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL
CORREIO da manhã

CISION

ID: 85922401

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 11
Cores: Cor
Área: 25,70 x 26,89 cm²
Corte: 2 de 3

PORMENORES

RTP Memória
'Estudo em Casa' é o nome da emissão televisiva do Ministério da Educação, a ser transmitida na RTP Memória, das 9h00 às 17h50, no terceiro período do ano letivo, para o ensino básico, ou seja, conteúdos pedagógicos do 1º ao 9º ano. O espaço é um complemento ao trabalho dos professores com os alunos.

Mais velhos à tarde
À exceção das aulas de educação artística, que se destinam a todos os alunos, a grelha de aulas está organizada por escolaridade. A parte da manhã está reservada às aulas do 1º ao 6º ano, enquanto os conteúdos para os alunos mais velhos, do 7º ao 9º ano, são transmitidos à tarde.

Aulas de TV são de meia-hora

As aulas para os alunos do ensino básico, transmitidas na RTP Memória, vão ter apenas 30 minutos, incluindo disciplinas como educação física e artística, anunciou o Governo.

Computadores também com aulas

O plano contempla uma plataforma digital, onde os conteúdos das aulas serão disponibilizados, de forma a cobrir o pleno de alunos. O arranque da tele-escola está marcado para dia 20.

"Professores conhecem melhor alunos"

O primeiro-ministro, António Costa, avançou, ontem, ser fundamental concluir o ano letivo com uma avaliação justa para os alunos. "Era fundamental que pudéssemos concluir este ano letivo com avaliação e que essa avaliação possa ser feita da forma mais equitativa possível", assegurou.

As alterações na avaliação final dos alunos resultaram da

António Costa, junto do ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues

ENSINO À DISTÂNCIA NO TERCEIRO PERÍODO LEVA A FIM DE EXAMES E PROVAS

pandemia de Covid-19 com a consequente introdução do ensino à distância. "Procurámos que em todo o ensino básico, em vez das provas de aferição e dos exames do 9º ano, a avaliação seja feita pelos professores, que melhor conhecem os alunos", explicou António Costa em entrevista à TVI ao que acrescentou: "Estiveram com os alunos presencialmente no primeiro período, grande parte do segundo período, muitos deles até são de anos anteriores, e portanto, melhor conhecem e podem valorar no caso concreto e dar o desconto ou a valorização daquilo que é o esforço no terceiro período."

HORÁRIO DA TELESCOLA NA RTP MEMÓRIA DO 1º AO 9º ANO

	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
09h00-09h30	Português 1º e 2º anos	Estudo do Meio e Cidadania 1º e 2º anos	Português 1º e 2º anos	Estudo do Meio 1º e 2º anos	Matemática 1º e 2º anos
09h40-10h10	Hora da Leitura 1º e 2º anos	Educação Artística 1º ao 9º ano	Matemática 1º e 2º anos	Educação Artística 1º ao 9º ano	Educação Física 1º e 2º anos
10h20-10h50	Português 3º e 4º anos	Estudo do Meio e Cidadania 3º e 4º anos	Português 3º e 4º anos	Hora da Leitura 3º e 4º anos	Inglês 3º e 4º anos
11h00-11h30	Matemática 3º e 4º anos	Educação Física 3º e 4º anos	Matemática 3º e 4º anos	Estudo do Meio 3º e 4º anos	Oficina de Escrita 5º e 6º anos
11h40-12h10	Ciências Naturais 5º e 6º anos	Matemática 5º e 6º anos	Ciências Naturais e Cidadania 5º e 6º anos	Matemática 5º e 6º anos	Inglês 5º e 6º anos
12h20-12h50	Português 5º e 6º anos	Educação Física 5º e 6º anos	História e Geografia de Portugal 5º e 6º anos	Português 5º e 6º anos	História e Geografia de Portugal 5º e 6º anos
13h00-13h30	Português - Língua Não Materna Iniciação 1º ao 9º ano	Português - Língua Não Materna Iniciação 1º ao 9º ano	Português - Língua Não Materna Iniciação 1º ao 9º ano	Português - Língua Não Materna Iniciação 1º ao 9º ano	Português - Língua Não Não Materna Iniciação 1º ao 9º ano
14h00-14h30	Português 7º e 8º anos	Inglês 7º e 8º anos	Ciências Naturais 7º e 8º anos	Físico-Química 7º e 8º anos	Matemática 7º e 8º anos
14h40-15h10	História e Cidadania 7º e 8º anos	Matemática 7º e 8º anos	Geografia e Cidadania 7º e 8º anos	Educação Física 7º e 8º anos	Português 7º e 8º anos
15h20-15h50	Espanhol 3º ciclo	Alemão 3º ciclo	Francês 3º ciclo	Espanhol 3º ciclo	Leitura e Literatura 3º ciclo
16h00-16h30	Português 9º ano	Matemática 9º ano	Ciências Naturais e Físico-Química 9º ano	Inglês 9º ano	Escrita 3º ciclo
16h40-17h10	Inglês 9º ano	Ciências Naturais e Físico-Química 9º ano	Matemática 9º ano	Matemática e Físico-Química 9º ano	Francês 3º ciclo
17h20-17h50	História 9º ano	Educação Física 9º ano	Geografia e Cidadania 9º ano	Português 9º ano	Alemão 3º ciclo

RTP 2
CONTEÚDOS PARA AS CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

Puffin Rock
Segundas e quintas às 09h15

Mouk
Segundas e quintas às 09h20

A Grande Descoberta
Terças e sextas às 09h15

Peg e o Gato
Terças e Sextas às 09h30

Kiwi
Quartas às 09h15

Desafio #ficoemcasa
Segunda a sexta às 09h00

CISION

ID: 85922401

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 15,62 cm²
Corte: 3 de 3

PUB

HOJE Grátis
MARCO PAULO FALA DO CANCRO
CANTOR QUER REGRESSAR AOS PALCOS

SÁBADO 11/04/2020 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

HOJE 128 PÁGINAS

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

RÚBEN DIAS OU VINÍCIUS
BENFICA ADMITE GRANDE VENDA
P.42

COSTA GANHA JACKPOT EUROPEU

CINCO MIL MILHÕES PARA RESSUSCITAR ECONOMIA

ESPECIAL DE 32 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA

P.4 A 33, 39 E 52

200 MIL ALUNOS SEM REDE OU COMPUTADOR

54 MIL NÃO TÊM SEQUER INTERNET EM CASA

PARA GUARDAR HORÁRIO COMPLETO DA TELESCOLA

POLÍCIAS ESTÃO EXAUSTOS
RECEITAS COM O DOBRO DA VALIDADE
EMERGÊNCIA ATÉ 1 DE MAIO
MARCELO EXPLICA QUEM FICA OU SAI DA CADEIA

435 MORTOS
15 472 INFETADOS
233 CURADOS

PAIS PEDEM UM TELEMÓVEL POR ALUNO
PROFESSORES QUEREM QUE OPERADORAS FORNEÇAM EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

GETTY IMAGES

PUB

PINK FLOYD
CORREIO da manhã

11ª ENTREGA
5ª FEIRA, DIA 16
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

ENERGIA P.41
COMBUSTÍVEIS SOBEM JÁ NA PRÓXIMA SEMANA

Recuperação do petróleo agrava fatura

ACUSAÇÃO P.34
Falso inspetor da PJ de revólver e crachá viola prostituta

CRIMINALIDADE P.36
Burlas bancárias sobem com Covid-19

MORTE DE TRIATLETA P.35
MP diz que Rosa não podia arrastar corpo

OPERAÇÃO EM GRANADA P.37
PORTUGUÊS CAÇADO COM 124 MIL EUROS NO CARRO

PUB

CISION

ID: 85922596

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 4,99 x 3,89 cm²
Corte: 1 de 1

MINISTRA DO TRABALHO CHAMADA PELO PSD

A ministra do Trabalho e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, também será ouvida no dia 15 pelos deputados, a pedido do PSD, sobre os apoios na atual crise. ●

CISION

ID: 85922238

dinheiro vivo

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 15
Cores: Preto e Branco
Área: 12,67 x 6,01 cm²
Corte: 1 de 1

Governo prepara ajudas aos *media*, mas só à medida das televisões

Tudo indica que o pacote destinado a compensar a quebra de receitas dos *media* não responde às necessidades dos editores de jornais e revistas ou de quem os distribui. "O pacote está feito à medida das televisões, não tem em conta a queda abrupta na circulação", lamenta Afonso Camões, administrador do GMG, dono do DV, que salienta a quebra generalizada nas vendas devido ao encerramento de milhares de quiosques e cafés. "Sem imprensa escrita, o direito à informação, o Estado de direito e a democracia ficam em causa", diz. Também a VASP, responsável pela distribuição, sublinha a importância da "aprovação de medidas específicas para a imprensa, que incluam toda a cadeia de valor". Sem isso, "seremos obrigados a tomar decisões e medidas que penalizarão ainda mais o setor".

CISION

ID: 85922006

Público

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 20,54 x 28,12 cm²
Corte: 1 de 1

Contrariamente a notícias falsas difundidas, a possibilidade de indulto especial previsto na lei (...) aprovada na quarta-feira não se aplica a homicidas e pedófilos

Nota da Presidência da República

Presidente dá por garantido estado de emergência até 1 de Maio. Depois logo se vê

Leonete Botelho

Marcelo conta que não haja medidas tão restritivas como as da Páscoa e diz que solução adoptada para ano lectivo foi a possível

O Presidente da República deu ontem por garantida a renovação do estado de emergência até 1 de Maio, mas considera prematuro pensar já numa renovação até meados do próximo mês, como o PÚBLICO avançou que o Governo estava a ponderar.

"Depende do que for a situação, do quão tivermos ganho este combate em Abril", afirmou ontem Marcelo Rebelo de Sousa aos jornalistas, no Palácio de Belém. "Temos de fazer o acompanhamento dia a dia, pois queremos que a nossa recuperação seja contínua e não haja risco de recaídas, que são sempre mais difíceis", sublinhou.

Marcelo Rebelo de Sousa repetiu a ideia de que é preciso ganhar Abril para haver uma luzinha em Maio, mas sob condição: "Se queremos perspectivas no mês de Maio, temos de garantir, até ao final de Abril, um decrescimento em números absolutos da infecção." Para isso, sublinhou, "não podemos afrouxar nem baixar a guarda" este mês.

"Estamos em véspera de formalizar a [segunda] renovação do estado de emergência. Esperamos e estamos a trabalhar para que corra o melhor possível, mas uma avaliação realista só será feita no final" desse período, acrescentou o chefe de Estado.

Na quarta-feira, depois de nova sessão técnica sobre o evoluir da situação portuguesa, o Presidente irá ouvir o Governo sobre a proposta de renovação do estado de emergência, que terá de ser votada no Parlamento no dia seguinte. Em qualquer caso, Marcelo considera que não deverá haver necessidade de "repetir restrições tão restritivas como na Páscoa" e agradeceu aos portugueses a forma como estão a respeitar essas restrições, pedindo que o continuem a fazer até segunda-feira.

RUI GAUDÊNCIO

Chefe de Estado reitera que não há indultos para crimes graves

Proposta "honesta" no ensino

O Presidente da República quis também manifestar o seu apoio à solução apresentada pelo Governo para resolver o ano lectivo, considerando que é "a solução possível, no meio de muitas incertezas". É "uma proposta honesta para minorar custos", disse. Na sua opinião, a solução de regresso às aulas presenciais apenas para o 11.º e 12.º anos, por serem os que têm exames, tem o dom de "evitar as passagens administrativas, a pior solução".

Depois de ter colocado uma nota no *site* da Presidência com o elenco dos crimes que estão excluídos dos indultos e dos perdões excepcionais de pena por causa da pandemia, Marcelo insistiu em clarificar que estas medidas, aprovadas no Parlamento e já por si promulgadas, "não cobrem crimes especialmente graves".

"Há uma razão específica" para estas medidas excepcionais "num quadro que não admite especulações com falsas notícias e alarmismos injustificados", disse Marcelo Rebelo de Sousa aos jornalistas, insistindo que os indultos ou perdão de penas acontecem apenas "por razões éticas, humanitárias e de saúde pública".

Garantiu no entanto que irá indultar "caso a caso", sempre excluindo os crimes mais graves, como o homicídio, a violência sexual (incluindo pedofilia), de género ou racial, assim como o roubo com violência, crime de incêndio, tráfico de droga, associação criminosa, branqueamento de capitais e corrupção passiva ou activa.

Neste leque de excepções previstas na lei – publicada ontem em *Diário da República* – incluem-se ainda crimes cometidos por alguém "enquanto titular de cargo político ou de alto cargo público, magistrado judicial ou do Ministério Público, ou enquanto membro das forças policiais e de segurança, das Forças Armadas ou funcionários e guardas dos serviços prisionais", esclarece o Presidente da República.

UE deve "ir mais longe"

Questionado sobre o acordo alcançado no Eurogrupo, que disponibilizou já um pacote de 500 mil milhões de euros para fazer frente aos efeitos económicos da pandemia, Marcelo, mais do que se mostrar satisfeito, deixou uma palavra dura: "É um começo, mas a Europa tem a obrigação de ir mais longe no futuro."

Para o Presidente da República, as medidas agora acordadas, além de modestas, pecam por tardias: "Seria grave que a Europa não se unisse nestas circunstâncias; já devia ter sido", afirmou.

Sobre os 4600 milhões de euros disponibilizados a Portugal, o chefe de Estado considerou que "é uma ajuda para pagar os *layoffs* e os salários dos pais que ficam em casa por causa dos filhos", mas pouco mais.

"A Europa vai ter de olhar com muita atenção para aquilo que vai ser a necessidade de reconstrução europeia", sentenciou.

lbotelho@publico.pt

CISION
ID: 85922057
Público
11-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 22
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 1 de 2

BE pede apoios de 15 milhões de euros para a comunicação social

Proposta do Bloco de Esquerda é apresentada como um desafio ao Governo. Medidas de apoio agora propostas seriam para aplicar transitoriamente nos meses de Maio, Junho e Julho deste ano

Informação
Luciano Alvarez

O Bloco de Esquerda defendeu ontem que "o Estado deve lançar apoios de emergência" à comunicação social e desafiou-o a adoptar um conjunto de medidas que representam ajudas no valor de 15 milhões de euros, a concretizar nos meses de Maio, Junho e Julho deste ano.

"A crise pandémica reforçou a necessidade de órgãos de comunicação social robustos e capazes de prestarem serviço informativo, particularmente necessário e exigente em tempos como os actuais", justificam os bloquistas.

Num texto assinado pelo deputado Jorge Costa, o BE lembra que, "após uma década de contínuo recuo do mercado publicitário dos *media* sob a progressiva captura pelas plataformas digitais – Google e Facebook já absorvem 70% do mercado publicitário digital português", sublinha –, o "sector tem à vista uma crise generalizada e de duração imprevisível". "O Estado também é gravemente afectado: por aquele duopólio não ser tributado em território nacional, o Estado português perde anualmente cerca de 100 milhões de euros de receitas (72 milhões em IVA e 32 milhões em IRC)", acrescenta o texto referindo-se ainda à Google e ao Facebook.

O partido esclarece que o montante deste apoio proposto – 15 milhões de euros – "equivale à estimativa de receita trimestral do Imposto Google, a criar mais adiante": "Mais do que nunca, as plataformas digitais, que vivem da publicidade cobrada na divulgação de conteúdos alheios, devem ser chamadas a contribuir para que o jornalismo não viva sob ameaça económica".

Como repartir os 15 milhões?

Os critérios para a repartição do "bolo" financeiro preconizado pelos bloquistas têm em conta a receita publicitária obtida por cada órgão de comunicação social em 2019, mas também a intensidade de produção jornalística de cada meio, indicada pela dimensão dos seus quadros profissionais próprios.

Assim, a proposta do Bloco de Esquerda para a repartição deste apoio de emergência pelos diversos segmentos da informação é a seguinte: televisão 43% (6,45 milhões de euros); imprensa nacional 43% (6,45 milhões); rádios de dimensão nacional e local com corpo redactorial 14% (2,1 milhões).

No caso das televisões e rádios, propõe-se que aquelas verbas sejam distribuídas pelas empresas na proporção do respectivo número de jornalistas com contrato efectivo.

Já no caso da imprensa escrita, é proposto às publicações jornalísticas de informação geral um protocolo com as seguinte linhas: é criada pelo Governo uma plataforma digital através da qual cada cidadão maior de 16 anos escolhe uma publicação, a cujos conteúdos *online* passa a aceder gratuitamente durante os meses de Maio, Junho e Julho.

"Aos meios de comunicação social será entregue, em cada um dos três meses, a parte da verba de apoio à imprensa nacional proporcional às escolhas feitas pela população. Também neste caso, poderá ser introduzido um factor de ponderação baseado no número de jornalistas de cada publicação", acrescenta o BE.

Quanto à imprensa desportiva e à imprensa local e regional, o Bloco de Esquerda diz que devem ser estudados com o sector modelos de apoio específicos.

"Em tempos de crise, o jornalismo é sempre uma das primeiras vítimas. Mas é nestes tempos que a democracia mais precisa do seu exercício por profissionais cujos direitos são respeitados. É por isso indispensável colocar a protecção do jornalismo no centro das medidas de apoio à comunicação social", lê-se no texto assinado por Jorge Costa e publicado no *Esquerda.net*.

lalvarez@publico.pt

JOANA GONÇALVES

BE propõe que a distribuição da verba pela imprensa escrita dependa de preferências manifestadas pelos leitores

> **É indispensável colocar a protecção do jornalismo no centro das medidas de apoio à comunicação social**

CISION

ID: 85922057

Público

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 5,08 x 4,91 cm²
Corte: 2 de 2

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.944 • 1,70€ • Sábado, 11 de Abril de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Governo dá luz verde a clubes de futebol para recorrerem ao *layoff*

Pandemia Jovens mais ansiosos e tristes. "Os mais velhos parecem ter mais imunidade para responder a esta situação nova"

Educação Exames do ensino secundário sem alterações vão testar a matéria do ano todo. Mas alunos podem escolher perguntas

Plano Marshall Como um grupo de visionários americanos lançou as bases sobre as quais nasceu e se construiu a Comunidade Europeia

Destaque, 2 a 15, 30/31, 44 e Editorial • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

BE propõe apoios de 15 milhões de euros aos *media*

Medidas de apoio seriam para aplicar transitoriamente nos meses de Maio, Junho e Julho deste ano p22

"Trump está a destruir a democracia aos poucos"

Entrevista Cientista político Daniel Ziblatt faz comparações com o que se passa na Hungria p32/33

ISNN-0872-1548

CISION

ID: 85922004

Público

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 1 de 2

Exames sem mexidas vão testar matérias do ano todo

Samuel Silva

Organismo que faz as provas estuda como concretizar a decisão do Governo de permitir a escolha de blocos de questões pelos alunos

Os enunciados dos exames nacionais deste ano já estavam prontos no momento em que o Governo anunciou que os estudantes do secundário vão poder escolher não responder a perguntas sobre matérias que não tenham abordado nas aulas, em consequência da suspensão das actividades lectivas que se prolongará, pelo menos, até ao final deste mês. E não haverá alteração nas provas, que vão cobrir as matérias do ano todo. O Instituto de Avaliação Educativa (Iave) está contudo a estudar como vai concretizar a medida anunciada por António Costa. A solução deverá ser esta: alguns blocos de questões serão opcionais.

Os exames do secundário "encontram-se já elaborados", avança fonte da direcção do Iave, organismo público, tutelado pelo Ministério da Educação, que é responsável pela elaboração de todas as provas nacionais. Os enunciados que os alunos recebem no final do ano lectivo costumam estar já desenvolvidos em Janeiro, quando os estudantes estão ainda a começar o 2.º período. Nesta altura, faltavam "apenas as necessárias revisões e verificações finais".

O gabinete de Luís Pereira dos Santos assegura que "não estão previstas alterações aos itens" que constarão de cada uma das 22 provas que vão ser realizadas pelos alunos entre 6 e 23 de Julho. Ou seja, as perguntas que serão colocadas aos estudantes do 11.º e 12.º ano serão as que já estavam previstas. O que muda é a forma como os alunos vão responder.

As provas vão apresentar "blocos de perguntas ou perguntas, com diferentes matérias a avaliar", para serem respondidas "em alternativa", explica ao PÚBLICO o Iave, que está ainda a "trabalhar na solução técnica" para dar resposta àquilo que o primeiro-ministro anunciou anteontem. As escolhas deverão ser feitas entre perguntas com cotações equivalentes para garantir que ninguém é prejudicado no somatório final.

DANIEL ROCHA

Alunos não responderão sobre matérias que não deram nas aulas

O uso de grupos de questões de opção nas provas nacionais não é novidade. Por exemplo, o exame do ensino secundário de Matemática do ano lectivo passado tinha uma solução deste tipo, para responder ao facto de haver alunos que tinham aprendido por programas da disciplina diferentes. Os estudantes podiam escolher responder às questões do currículo homologado em 2001 e 2002 ou às adequadas ao programa de 2015/2016. Aos alunos pedia-se que respondessem apenas a um dos blocos, identificando a sua opção.

Num comunicado emitido na quinta-feira, após o anúncio do novo pacote de medidas de contenção da pandemia de covid-19 no sistema educativo, o Ministério da Educação avançava que as provas serão "ajustadas à possibilidade de escolha pelos alunos de itens/grupos em opção". Quando o decreto-lei aprovado na quinta-feira em Conselho de Ministros for oficializado, terão de ser publicadas orientações às escolas tanto pelo Ministério da Educação como pelo Júri Nacional de Exames, que organiza as provas nacionais.

Quando anunciou o adiamento dos exames do ensino secundário – e outras medidas sobre o que falta deste ano lectivo –, António Costa explicou que os estudantes do 11.º e 12.º terão a possibilidade de não responder a algumas questões, "havendo um número fixo de perguntas que é obrigatório para todos". A decisão quer defender os alunos das desigualdades trazidas pelo ensino à distância, agravadas pelo regime da flexibilidade curricular, introduzida há dois anos e que permite às escolas, entre outras decisões, alterar a ordem dos conteúdos leccionados.

Apenas os alunos do 11.º e do 12.º ano realizarão exames. O Governo cancelou as provas nacionais do 9.º ano, bem como as provas de aferição do 2.º e 5.º ano. Os alunos do secundário apenas têm que ir fazer exame às disciplinas que escolherem como prova de ingresso nos cursos do ensino superior a que queiram candidatar-se. Quer isto dizer que quem não pretender entrar numa universidade no próximo ano lectivo não tem de fazer as provas.

samuel.silva@publico.pt

Televisão com quase nove horas de aulas por dia

Clara Viana

Falta ainda saber que conteúdos foram seleccionados para as aulas na televisão, que arrancam no dia 20, e como serão apresentados, mas alunos e professores já podem organizar os dias que aí virão de ensino à distância. Vai ser esta a realidade até ao final do ano lectivo para todos os alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade. E também para os do 10.º, embora para estes não existam conteúdos televisivos, já que o número de disciplinas abarcado é demasiado extenso para o permitir.

As aulas da nova telescola, que se chama agora #EstudoEmCasa, serão transmitidas entre as 9h e as 17h50 de segunda a sexta-feira pela RTP Memória, estando as manhãs geralmente reservadas aos mais novos e as tardes aos alunos do 3.º ciclo. E em vez dos 45 ou 90 minutos habituais nas escolas, as aulas vão durar apenas meia hora. As matérias a abordar serão agrupadas como se de turmas mistas se tratasse: 1.º e 2.º anos; 3.º e 4.º anos, 5.º e 6.º anos, 7.º e 8.º anos e, por fim, o 9.º. E em vários casos abrangerão mais do que uma disciplina do currículo.

Para os alunos do 3.º ciclo, haverá um espaço semanal de 30 minutos dedicado à Leitura e Literatura e outro à Escrita. Na oferta de línguas estrangeiras surge Alemão, além dos habituais Inglês, Francês e Espanhol.

Para Paulo Guinote, professor do 2.º ciclo e autor do blogue *O Meu Quintal*, a grelha agora divulgada "presta-se a abordagens muito generalistas dos conteúdos das disciplinas". "Trinta minutos é um período adequado para manter a atenção dos alunos, mas que é demasiado curto para abordar, ao mesmo tempo, o 5.º e 6.º ano, assim como o 7.º e 8.º no mesmo segmento", justifica.

Já Arlindo Ferreira, director do Agrupamento de Escolas Cego de Maio, na Póvoa do Varzim, e autor do blogue *DeArlindo*, entende que a grelha do #EstudoEmCasa "é bastante positiva porque abrange todas as áreas do currículo do 1.º ao 9.º ano". Também a organização das emissões por anos de escolaridade "é lógica e adequada à faixa etária dos alunos", aponta.

O ME sublinha que as aulas televisivas servirão de "complemento ao trabalho dos professores com os seus alunos", que continuará a ser feito à distância como aconteceu nas duas semanas que antecederam as férias da Páscoa.

cviana@publico.pt

DR

A grelha da nova telescola foi divulgada ontem

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.944 • 1,70€ • Sábado, 11 de Abril de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

LUCAS JACKSON/REUTERS

Nova Iorque enterra mortos não reclamados em valas comuns

Mundo ultrapassa a barreira dos 100 mil mortos por covid-19

Governo dá luz verde a clubes de futebol para recorrerem ao *layoff*

Pandemia Jovens mais ansiosos e tristes. "Os mais velhos parecem ter mais imunidade para responder a esta situação nova"

Educação Exames do ensino secundário sem alterações vão testar a matéria do ano todo. Mas alunos podem escolher perguntas

Plano Marshall Como um grupo de visionários americanos lançou as bases sobre as quais nasceu e se construiu a Comunidade Europeia

Destaque, 2 a 15, 30/31, 44 e Editorial • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

BE propõe apoios de 15 milhões de euros aos *media*

Medidas de apoio seriam para aplicar transitoriamente nos meses de Maio, Junho e Julho deste ano **p22**

F Primavera Silêncio que estão a cantar as aves

"Trump está a destruir a democracia aos poucos"

Entrevista Cientista político Daniel Ziblatt faz comparações com o que se passa na Hungria **p32/33**

HOJE Colecção Watchmen Vol. 9 — *Crise*
Encomende também em loja.publico.pt
Por + 9,90€

ISNN-0872-1548

CISION

ID: 85922090

Público

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 48
Cores: Cor
Área: 25,70 x 16,56 cm²
Corte: 1 de 1

O RESPEITINHO NÃO É BONITO

TV Fest – o festival da monumental estupidez

João Miguel Tavares

Sim, eu sei que o TV Fest já foi cancelado, mas ainda assim vale muito a pena reflectir sobre ele, tanto pela peregrina ideia de o executar, como pela súbita necessidade de o extinguir. Este é um pequeno episódio particularmente demonstrativo daquilo que nos espera sempre que faltar o mais elementar bom senso na distribuição de apoios pelas muitas centenas de milhares de pessoas que foram (e continuarão a ser) profundamente atingidas pela crise. Muito em breve, a tentação de despejar dinheiro por cima dos amigos mais próximos e das classes mais ruidosas vai ser gigantesca, e a maior vocação dos governos socialistas não é a resistência às tentações.

Em primeiro lugar, a ideia do TV Fest. Ela é tão parva que custa a acreditar que não tenha havido alguém na sala capaz de dizer isso no momento em que a ideia foi partilhada. Era só levantar o dedo: "Peço desculpa, senhora ministra, tem mesmo a certeza de que quer fazer isso?" Das duas, uma: ou Graça Fonseca tem poucos amigos no Ministério da Cultura, ou então a sensibilidade política da sua equipa está ao nível da amiba. Tentem acompanhar-me. Alguém no ministério (adorava saber o nome do criativo), após notar que os artistas estavam a sofrer muito e que precisavam de ser apoiados, lembrou-se do seguinte: "E se nós fizéssemos um festival à distância transmitido pela RTP, em que filmávamos 120 artistas e distribuíamos um milhão de euros por eles?"

Os artistas – note-se – já estavam a fazer concertos à borla a partir de suas casas, mas em vez de esse ser um argumento contra a ideia, a ministra da Cultura achou que era um argumento a favor. Segundo ela, os músicos portugueses estão a ser "inexcedíveis", e para premiar o seu exemplar comportamento nada como um presente do Estado, a 8333 euros por cabeça. Para não ser o Governo a escolher quais os 120 artistas a beneficiar do pilim, o TV Fest propunha que um dos primeiros quatro artistas escolhesse os quatro seguintes, e assim sucessivamente, com o objectivo de "criar uma corrente entre os músicos" – como se o amiguismo descentralizado deixasse de ser amiguismo, e como se, numa altura destas, os que ficassem de fora suportassem passivamente que outros embolsassem milhares de euros estatais sem qualquer critério discernível a não ser a sorte, o gosto e o número de telemóvel certo.

NUNO FERREIRA SANTOS

> A ideia do TV Fest é tão parva que custa a acreditar que não tenha havido alguém na sala capaz de dizer isso no momento em que foi partilhada

Mais: embora a ministra se tenha esforçado por sublinhar que técnicos e agentes também iriam ganhar algum, ninguém percebeu quanto sobrava para eles. Ora, embora os músicos estejam com certeza a sofrer muito, muito mais sofrem aqueles que no *backstage* fazem a música acontecer. Nas preocupações de um país decente, técnicos e *roadies* têm necessariamente de estar à frente das estrelas da pop nacional. O TV Fest era, logo à cabeça, uma enorme injustiça que colocava o dinheiro nas mãos de quem menos precisava.

O mais curioso neste extraordinário festival que antes de nascer já estava morto é o *amuse-bouche* de confusões e polémicas a que iremos assistir nos próximos meses. Com sectores inteiros devastados – a música é só um deles –, dificilmente haverá bolo para tantas bocas. Como é óbvio (menos para o Ministério da Cultura), o Governo está manifestamente proibido de distribuir um euro que seja sem que a sua atribuição esteja sustentada em critérios básicos de justiça social, que possam ser compreendidos pelos portugueses. Sempre que "Fest" for a abreviatura de "festim", o país inteiro vai esbravejar – e com toda a razão.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

CISION

ID: 85922053

Público

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 23
Cores: Cor
Área: 15,56 x 28,36 cm²
Corte: 1 de 1

Quando a hiperactividade do Parlamento surge como esquizofrenia

A Semana Política
São José Almeida

Com o país a viver um momento inédito de estado de emergência para fazer face à pandemia de covid-19 e as pessoas prestes a passar a Páscoa em confinamento e distanciamento social, fechadas em casa, sem poderem realizar uma das celebrações mais simbólicas da cristandade, que é também já uma das festas mais assimiladas na sociedade por ateus e agnósticos, o Parlamento voltou a reunir-se na quarta-feira para uma bizarra maratona de debates e votações. Em agenda estiveram duas propostas de lei do Governo e mais uma centena de propostas apresentadas pelos partidos da oposição, à excepção do PSD, das quais 42 eram projectos de lei e o resto projectos de resolução.

A regular actividade da Assembleia da República, ainda que agora condicionada no quórum, é de saudar e demonstra que, de facto, a democracia não ficou suspensa com a entrada em vigor do estado de emergência, como salientaram o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o primeiro-ministro, António Costa. O papel de um Parlamento é essencial em qualquer sistema demo-liberal e a Assembleia da República é central no quadro constitucional dos órgãos de soberania do Estado português. É, por isso, importantíssimo que o Parlamento português se mantenha atento e actuante neste período de crise.

É também de saudar, em geral, a colaboração e a iniciativa dos partidos parlamentares para contribuírem com propostas para salvaguardar as condições de vida das pessoas e a defesa dos direitos dos trabalhadores numa crise da dimensão estratosférica, que atinge a saúde pública, a economia, a organização social, e cujos contornos exactos e consequências não é possível vislumbrar.

O Parlamento é vital, tanto mais que o Presidente da República decretou o estado de emergência a 18 de Março, o qual se renovou a 1 de Abril, dando poderes reforçados ao primeiro-ministro, António Costa. Desde então, além de ter aprovado dois decretos de execução do estado de emergência, a 19 de Março e a 2 de Abril, o Governo tem produzido vasta legislação para fazer face às necessidades de combater a paralisia da economia e a crise social. Como sublinhou, no debate de quarta-feira, o deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro, tinham sido aprovados, até esse momento, 137 diplomas governamentais para impedir "o colapso social".

Alguns dos projectos apresentados pelos partidos e discutidos na quarta-feira eram positivos e colmatavam lacunas que se verificaram na legislação aprovada pelo Governo para fazer face à pandemia. Foram aprovadas pela esquerda parlamentar, entre outras, medidas como a não-interrupção dos serviços essenciais de água, electricidade e gás (propostas do PCP e do BE) e comunicações electrónicas, garantias do Estado a advogados e solicitadores e o apoio à produção cultural e profissionais do espectáculo (BE), a proibição de os bancos cobrarem comissões sobre operações em plataformas digitais (PEV) e adaptação do pagamento de propinas no ensino superior (PAN).

> **Discutir numa tarde mais de uma centena de propostas (...) dá a ideia de que os partidos parlamentares propõem tudo e mais umas botas, apenas para marcarem terreno**

Assim como foram importantes os contributos dados pelo CDS e pelo PCP para melhorar a proposta de lei sobre indulto, perdão de penas e licenças precárias, apresentada pelo Governo para fazer face à contaminação pela covid-19 em ambiente prisional, e que foi aprovada pela esquerda. O outro diploma do executivo debatido nessa tarde foi o da agilização dos procedimentos administrativos nas autarquias e da permissão de acesso a empréstimos pelas câmaras para fazer face à crise, que foi aprovada por unanimidade.

Mas tinha razão o líder parlamentar do PSD, Adão Silva, ao justificar a não-intervenção do PSD na discussão parlamentar dos projectos de lei de resolução e a decisão de votarem contra todos eles: "Hoje, em pouco mais de hora e meia, a Assembleia da República vai debater uma centena de projectos de lei e resolução numa salganhada de assuntos e que a todos se promete tudo."

Até porque muitas das propostas eram para marcar terreno partidário e ideológico, eram pura propaganda. Exemplo disso é a insistência do BE em apresentar um projecto de lei sobre requisição das "instalações, equipamentos e profissionais do sector privado" da Saúde, quando o decreto do estado de emergência dá esse poder ao Governo.

Por muito que seja essencial o funcionamento do Parlamento e uma atitude fiscalizadora e participativa dos partidos com assento parlamentar, discutir numa tarde mais de uma centena de propostas de diplomas é contraproducente. Mais, dá a ideia aos cidadãos de que os partidos parlamentares propõem tudo e mais umas botas, apenas para marcarem terreno nas guerras de protagonismo político. A sessão de quarta-feira atingiu um tal grau de esquizofrenia que apenas passou para o país a imagem de que o Parlamento – e os partidos que nele têm assento – não tem noção da realidade.

Jornalista. Escreve ao sábado
sao.jose.almeida@publico.pt

CISION

ID: 85922054

Público

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 24
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 1 de 1

PÚBLICO & NOTÓRIO

7000

voluntários responderam ao apelo do Estado-Maior-General das Forças Armadas para ajudar durante a pandemia de covid-19. O ministro da Defesa explicou que estes voluntários têm estado no Hospital das Forças Armadas e no apoio social

Bastidores

#EstudoEmCasa? TudoEmCasa

Foi já apresentada a grelha do #EstudoEmCasa, a nova designação da Telescola a que o Governo lançou mão para "mitigar" o problema que o confinamento e a covid-19 criam ao ensino. Estamos ansiosos por conhecer os "setores" televisivos e com vontade de levar mais longe o regresso ao passado que o futuro nos reservou. Assim, propomos também o regresso de um #EsTeVeRural, para o domingo à tarde, antes ou depois de um militar, de camuflado, voltar a explicar, 46 anos depois, a importância de se lavar as mãos. Reactive-se também uma #EsTeleCulinária e uma #EsCasaNa Padraria, com Fernando Ulrich no papel de Michael London, a assegurar que a família aguenta o lar doce lar até aos idos de Maio. "Ai aguenta, aguenta!"

PSD recusa "folclore "

Na quarta-feira, o plenário da Assembleia da República esteve reunido durante mais de seis horas para debater centenas de diplomas que os partidos foram apresentando nas últimas semanas para responder à pandemia. Rui Rio não gostou daquilo a que chamou "folclore parlamentar" e anunciou que o PSD votaria contra todos. Curioso é que acabou por ser um deputado do partido a protagonizar um momento folclórico: Pedro Pinto apareceu no hemiciclo com uma viseira artesanal para ficar a salvo do vírus.

FOTO DA SEMANA

RODRIGO ANTUNES/LUSA

No final de uma conferência de imprensa recente, em que tinha o ministro da Educação atrás de si, o primeiro-ministro terminou de falar e cumprimentou Tiago Brandão Rodrigues (que não teve tempo de se furtar) com um aperto de mão quase automático, em claro desrespeito pelas regras de distanciamento social impostas pelo estado de emergência e pelo bom senso. Resultado? Horas depois, António Costa publicou no Instagram do Governo um curto vídeo no qual pedia publicamente desculpas ao ministro da Educação, esguichando gel desinfectante para as mãos do governante. Por cima da imagem, um *emoji* de um aperto de mão com um símbolo de proibido por cima e duas palavras: "Lição aprendida."

AS MARCAS EM QUEM É QUE OS PORTUGUESES CONFIAM

Há mais de duas décadas que a revista *Selecções do Reader's Digest* promove o estudo Marcas de Confiança, avaliando produtos, serviços, questões de âmbito pessoal, político ou económico, personalidades, relações pessoais, instituições, ou profissões.

É neste capítulo que o estudo conclui, sem surpresa, que os políticos e os vendedores de automóveis são as duas profissões em que os portugueses menos confiam. Pelo contrário, os bombeiros continuam, 20 anos depois, a recolher a confiança máxima, mas logo seguidos de muito perto pelos cientistas e investigadores.

Na área da política e da governação, mantém-se há vários anos em primeiro lugar o Presidente da República (74%). Depois do primeiro-ministro (56%), os portugueses apostam na política de proximidade e sentem mais confiança em relação ao presidente da sua junta de freguesia (48%).

OS ELOGIOS DE ESPANHA

Há um ditado português que fala sobre os ventos e os casamentos que vêm de Espanha. Nada diz sobre elogios, como os que o líder do Governo espanhol, Pedro Sánchez, tem feito a Rui Rio, o líder da oposição em Portugal. O primeiro-ministro espanhol referiu-se ao "discurso emotivo" de Rio, a desejar "boa sorte" e a oferecer a sua colaboração na luta contra a covid-19, e pediu à oposição de direita para lhe seguir o exemplo. "Peço-vos humildemente unidade e lealdade" institucional, repetiu Sánchez, que já antes tinha elogiado Rui Rio nas redes sociais.

AS FRASES

Quando a situação aquece, o PSD desaparece
Pedro Filipe Soares
Líder da bancada do BE

Se queremos a liberdade em Maio, temos de a ganhar em Abril
Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

Um Estado decente não abandona os seus cidadãos, mesmo os presos
Francisca van Dunem
Ministra das Justiça

A covid-19 não é razão para perdoar penas e soltar delinquentes
Rui Rio
Líder do PSD

Não sei se vamos ter férias de Verão ou de Inverno
António Lacerda Sales
Secretário de Estado da Saúde

É preciso um apoio maciço, tanto na área da saúde como na economia por parte dos países desenvolvidos
António Guterres
Secretário-geral da ONU

CISION

ID: 85932714

CORREIO da manhã

12-04-2020

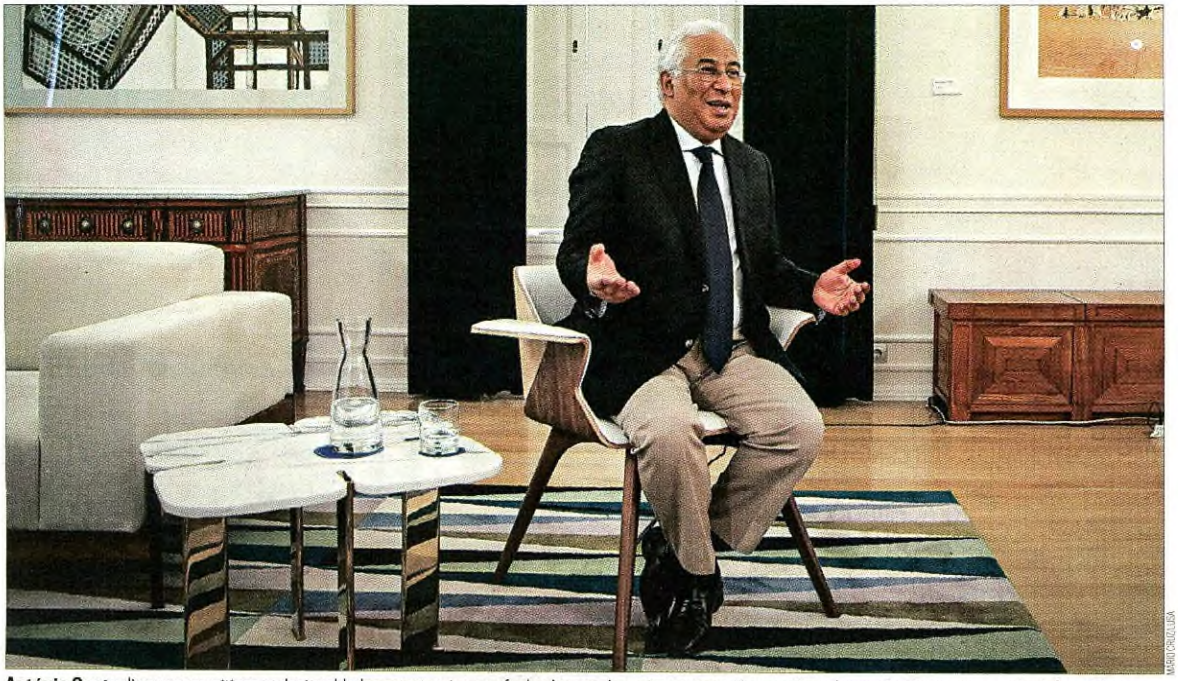
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 10
Cores: Cor
Área: 25,70 x 27,72 cm²
Corte: 1 de 2

ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

Costa quer internet para todos os alunos

PROMESSA Primeiro-ministro afirma que além de computador ou tablet, jovens terão ligação à rede digital **SISTEMA** Líder do Governo elogia capacidade de adaptação após fecho de escolas



António Costa diz que quer mitigar as desigualdades estruturais que o fecho das escolas veio acentuar, já que muitos alunos não têm acesso a meios informáticos

JOÃO MALTEZ*

No próximo ano letivo todos os alunos dos ensinos Básico e Secundário vão ter acesso à internet e a equipamentos informáticos, prometeu o primeiro-ministro, António Costa, numa entrevista à agência Lusa, cuja divulgação foi feita ontem.

Questionado sobre se será atribuído um computador a cada aluno, como sucedeu durante governos de José Sócrates, com o programa Magalhães, o primeiro-ministro respondeu que "é muito mais do que isso".

Mais do que ter apenas um computador ou um tablet, para António Costa é também essencial "possuir acesso garantido à rede em condições de igualdade em todo o território nacional e

PARA COSTA É ESSENCIAL TER ACESSO À REDE EM CONDIÇÕES DE IGUALDADE

em todos os contextos familiares, assim como as ferramentas pedagógicas adequadas para se poder trabalhar plenamente em qualquer circunstância com essas ferramentas digitais".

Já sobre a resposta dada pelo sistema de ensino no atual contexto de crise sanitária, o líder do Governo afirmou que foi demonstrativa de "uma extraordinária capacidade de adaptação" a uma situação nova.

Para o primeiro-ministro, contudo, o mais importante no próximo ano letivo, independentemente da questão sanitária, é mitigar a desigualdade estrutural a que os alunos estão sujeitos, devido ao contexto familiar em que estão inseridos.

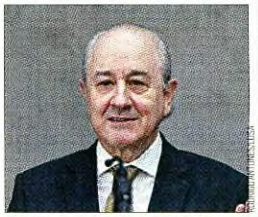
Sobre o regresso às aulas presenciais em maio, Costa revelou que ouviu as associações de pais e os sindicatos dos professores. Ainda assim, frisou que para que o programa gizado seja exequível é preciso reunir condições para que "professores, trabalha-

PRIMEIRO-MINISTRO DIZ QUE É PRECISO COMBATER A "PANDEMIA DE PÂNICO"

dores não docentes, famílias e alunos tenham confiança de que podem ir à escola", porque "não estamos só a combater uma pandemia viral, mas, também, uma pandemia de pânico". • *COM LUSA

Governo já atua "em regime de salvação nacional"

O primeiro-ministro sustenta que o Governo já atua "em regime de salvação nacional" – proposta feita pelo líder do PSD, Rui Rio – na luta contra a pandemia de Covid-19. "É fundamental que a unidade que temos demonstrado na fase da crise seja a unidade que temos de demonstrar na fase de recuperação", disse à Lusa, para adiantar: "A recuperação dos danos sociais e económicos também vai exigir o empenho de todos." •



Rui Rio é presidente do PSD

Espera ter apoio de Bloco e PCP

O primeiro-ministro disse à Lusa que ficaria muito desiludido se concluísse que só podia contar com o Bloco de Esquerda e o PCP em tempo de 'vacas gordas'. A mudança de política económica feita em conjunto com o PCP e com o BE "foi essencial para o crescimento económico e a melhoria dos rendimentos", lembrou. •

PRIMEIRO-MINISTRO VOLTA A LAMENTAR DIVISÃO NA UE

António Costa lamenta as divisões no seio da União Europeia: "Temos de saber se podemos seguir a 27 ou se há alguém que queira ficar de fora. Naturalmente, estou a referir-me à Holanda." •

PUB

EM MARÇO E ABRIL, JOGADAS GRÁTIS 1000!
SEMANAS INCRÍVEIS NO NOSSO CASINO.
JOGUE JÁ!
NOSSA APOSTA.PT

DOMINGO 12/04/2020 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

HOJE GRÁTIS
FAMOSOS CONTAM O QUE APRENDERAM COM AS GERAÇÕES MAIS VELHAS

HOJE 108 PÁGINAS

POUPANÇA ATÉ JUNHO
SPORTING CORTA 40% NOS SALÁRIOS
P.22

ESPECIAL DE 29 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31, 36 E 48

FUNÇÃO PÚBLICA MANTÉM REGALIAS

NÃO HÁ CORTE SALARIAL. CARREIRAS NÃO SERÃO CONGELADAS, NEM AS PROMOÇÕES

AUMENTOS CHEGAM DIA 20

470 MORTOS
15 987 INFETADOS
266 CURADOS

JUIZ RECUSA LIBERTAR ASSALTANTE

PRESOS COMEÇARAM ONTEM A SER SOLTOS. SAÍRAM 289

HÁ CASOS DE RECLUSOS QUE PREFEREM FICAR

TEMIDO QUERIA CONTROLAR INFORMAÇÃO. AUTARCAS FURIOSOS

VÍTIMA SEPULTADA DUAS VEZES

MARIDO DE CÉLIA RECUPERA GRAÇAS A VENTILADOR

COSTA QUER INTERNET PARA TODOS OS ALUNOS

PUB

EDITORES
GRÁFICAS
QUIOSQUES
DISTRIBUIDORA
SOMOS ESSENCIAIS!
TAMBÉM ESTAMOS NO COMBATE À PANDEMIA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA P.35
Fura isolamento para perseguir ex

RESPONDE POR HOMICÍDIO P.33
Dispara contra discoteca até arma ficar encravada

NÚMEROS DE 2019 P.37
Provas de corrupção em mais de 130 casos

MISTÉRIO P.32
CORPO ENCONTRADO NÃO É DE ZÉ DO PIPO

Teste de ADN desfaz dúvidas

PUB

CISION

ID: 85932682

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 4,96 x 4,40 cm²
Corte: 1 de 1

CRÍTICAS À FALTA DE MEDIDAS CONCRETAS

A Frente Comum critica a ação do Governo perante a pandemia e insiste que é preciso "concretizar em políticas" as intenções anunciadas para garantir emprego e evitar despedimentos. ●

CISION

ID: 85932684

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 15,26 x 15,67 cm²
Corte: 1 de 1

Sindicatos pedem rapidez para o subsídio de risco

REFORÇO Apoio está previsto na lei. Dirigentes dizem que seria incentivo para contratar profissionais

As duas federações de sindicatos da Função Pública (Fesap e Frente Comum) insistem no pagamento de um subsídio de risco aos profissionais que estão na linha da frente no combate à pandemia.

Em causa está um apoio pago a profissionais da saúde, recolha de resíduos ou que garan-

MÁRIO CRUZ/EPA

Profissionais de saúde são os que mais estão expostos ao risco de contágio

AUMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA DISCUTIDOS COM ORÇAMENTO DE 2021

tam atendimento presencial em serviços públicos. "Funcionaria como incentivo para recrutamento de novos trabalhadores para áreas essenciais", aponta José Abraão da Fesap. Já Sebastião Santana, coordenador da Frente Comum, recorda que o mecanismo está previsto na lei, cabendo ao Governo regulamentá-lo "o mais rapidamente possível".

Sobre os aumentos salariais em 2021, a Fesap recorda que "não está aberto nenhum processo negocial". Sem falar em valores, José Abraão diz que uma "prioridade" será garantir que não haja perda de poder de compra – por exemplo, com aumentos que não cubram a subida na inflação. "Não nos passa peça cabeça que se regresse a políticas de austeridade. Da última crise saiu-se quando se começou a repor, ainda que de forma limitada, rendimentos", recorda Sebastião Santana. ● W.L.

CISION

ID: 85932671

CORREIO da manhã

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 25,67 x 27,52 cm²
Corte: 1 de 3

ECONOMIA

Funcionários públicos vão manter as regalias

DADO Governo não vai reduzir ordenados, nem congelar carreiras e promoções na Administração Pública, devido à crise do coronavírus **CENÁRIO** No limite, se a crise for mais grave do que o previsto, admite-se não haver aumento salarial em 2021

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Executivo tinha acenado com aumentos salariais de 1% para os funcionários públicos no próximo ano, acima dos 0,3% confirmados para 202

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Governo não tenciona aplicar, este ano, quaisquer cortes no sistema remuneratório da Função Pública por causa da grave crise económica causada pela pandemia do coronavírus. No limite, se o País chegar ao final do ano numa situação económica mais grave do que o esperado, admite-se que o Executivo possa não ter condições de concretizar o aumento de 1% prometido à Função Pública para 2021.

As previsões apontam para que o coronavírus tenha um forte impacto negativo na economia portuguesa e mundial, em 2020. Com uma quebra acentuada no PIB em 2020, haverá uma forte descida na receita fiscal e um aumento apreciável na despesa pública. Mesmo assim, segundo apurou o **CM**, o Governo não pretende avançar com cortes nos salários, nem congelar as carreiras e promoções dos funcionários públicos.

O Programa de Estabilidade para o período 2020-2024, que o Governo está a preparar para entregar este mês à Comissão Europeia, não prevê medidas de redução dos rendimentos na Administração Pública em 2020, como forma de conter o aumento da despesa pública e contribuir para o equilíbrio das contas. As despesas com pessoal na Função Pública aumentam este ano, segundo as previsões do Executivo, 854 milhões de euros, um crescimento de 3,8% face a 2019.

Para este aumento das despesas com pessoal, contribuem o descongelamento das carreiras,

COSTA GARANTE QUE NÃO ADOTARÁ AUSTERIDADE DA CRISE FINANCEIRA

a atualização salarial, o aumento do emprego público e o efeito extraordinário da reposição do tempo de serviço nalgumas carreiras, que terminará a 2021, como Forças de Segurança, militares das Forças Armadas e professores. Daí que, segundo o Orçamento do Estado para este ano as despesas com pessoal na Função Pública ultrapassem os 23,5 mil milhões de euros, em 2020, o que corresponde a 10,8% do PIB.

O primeiro-ministro garantiu ontem que o Executivo não adotará a política de austeridade do tempo da crise financeira. "Há dez anos houve uma crise de financiamento do Estado e toda a Administração Pública pagou com 'língua de palmo' os custos dessa crise financeira do Estado", afirmou António Costa. E acrescentou: "Desta vez, estamos perante uma crise económica geral, em que não temos de andar a punir ninguém."

No início de abril, Pedro Siza Vieira, ministro da Economia, admitiu, ao Porto Canal, "não saber" se haverá condições para aumentar os salários da Função Pública, em 2021. Dado o crescimento elevado da despesa pública causado pelo coronavírus, esse aumento salarial irá depender da retoma da economia. A expectativa é que, no segundo semestre do ano, haja uma recuperação que permita recuperar uma parte significativa dos prejuízos do segundo trimestre deste ano, período mais difícil da pandemia. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL
CORREIO da manhã

Subida de ordenados paga a 20 de abril

Os funcionários públicos começam a receber no próximo dia 20 de abril o aumento salarial relativo a 2020, que tem efeitos retroativos ao mês de janeiro deste ano. Recorde-se que os ordenados de montantes até cerca de 700 euros tiveram um aumento de 10 euros. Já quanto aos vencimentos cujo valor é superior aos 700 euros, a atualização, determinada pelo Governo e que mereceu a contestação dos sindicatos, não ultrapassa os 0,3%.

MARLENE ALVES

Funcionários do Estado vão receber retroativos desde janeiro

Marcelo aprova linha de apoio para a pesca

O Presidente da República promulgou ontem o diploma do Governo que cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores do setor da pesca. O objetivo é permitir a quem opera neste setor "superar as dificuldades de tesouraria" decorrentes do atual surto de Covid-19.

PUB

EM MARÇO E ABRIL, JOGADAS GRÁTIS 1000!
SEMANAS INCRÍVEIS NO NOSSO CASINO.
JOGUE JÁ!
NOSSA APOSTA.PT

DOMINGO 12/04/2020 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

HOJE GRÁTIS
FAMOSOS CONTAM O QUE APRENDERAM COM AS GERAÇÕES MAIS VELHAS

HOJE 108 PÁGINAS

POUPANÇA ATÉ JUNHO
SPORTING CORTA 40% NOS SALÁRIOS
P.22

ESPECIAL DE 29 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31, 36 E 48

FUNÇÃO PÚBLICA MANTÉM REGALIAS

NÃO HÁ CORTE SALARIAL. CARREIRAS NÃO SERÃO CONGELADAS, NEM AS PROMOÇÕES

AUMENTOS CHEGAM DIA 20

470 MORTOS
15 987 INFETADOS
266 CURADOS

JUIZ RECUSA LIBERTAR ASSALTANTE

PRESOS COMEÇARAM ONTEM A SER SOLTOS. SAÍRAM 289

HÁ CASOS DE RECLUSOS QUE PREFEREM FICAR

VÍTIMA SEPULTADA DUAS VEZES

TEMIDO QUERIA CONTROLAR INFORMAÇÃO. AUTARCAS FURIOSOS

MARIDO DE CÉLIA RECUPERA GRAÇAS A VENTILADOR

COSTA QUER INTERNET PARA TODOS OS ALUNOS

PUB

EDITORES
GRÁFICAS
QUIOSQUES
DISTRIBUIDORA
SOMOS ESSENCIAIS!
TAMBÉM ESTAMOS NO COMBATE À PANDEMIA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA P.35
Fura isolamento para perseguir ex

RESPONDE POR HOMICÍDIO P.33
Dispara contra discoteca até arma ficar encravada

NÚMEROS DE 2019 P.37
Provas de corrupção em mais de 130 casos

MISTÉRIO P.32
CORPO ENCONTRADO NÃO É DE ZÉ DO PIPO

Teste de ADN desfaz dúvidas

PUB

CISION

ID: 85933088

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 33
Cores: Cor
Área: 4,41 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

ACIB defende formação em vez de lay-off e demissões

Dirigente diz que dentro de dias fábricas vão parar

TRABALHO A pior fase da crise na indústria do Vale do Cávado deverá chegar esta semana, quando acabarem as encomendas ainda em produção, deixando as fábricas paradas. É essa a perceção do presidente da Associação Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB), João Albuquerque, que pede ao Governo programas de formação nas empresas para evitar o lay-off e despedimentos em massa em dezenas de fábricas nos setores das malhas, da estampagem e da cerâmica.

O dirigente explicou que a maioria das fábricas ainda não fechou por estar a terminar encomendas feitas antes do início da crise da Covid-19. Com a anulação de encomendas já verificada e a falta de novas, dentro de dias, o têxtil e os outros setores vão parar. "Vai ser uma catástrofe, com muitas a terem de ir para a insolvência, outras para lay-off e grandes dificuldades financeiras", afirma.

CERTIFICADO

João Albuquerque diz que a ACIB já pediu ao Governo um programa de formação profissional, certificado, dentro das empresas, como alternativa ao lay-off e ao desemprego. "Um programa desses ficaria mais caro ao Estado a curto prazo, mas poupar-lhe-ia dinheiro a médio prazo, em subsídios de desemprego e fecho de indústrias", sublinhou.

O gestor da ACIB propõe, ainda, que, após a crise da pandemia, seja criado um fundo de investimento para esses setores, de forma a permitir que as fábricas retomem a atividade e, em simultâneo, deem um salto em frente na sua capacidade de competição global.

Lembra que o problema se estende ao Vale do Ave, onde predomina o têxtil, e ao calçado, no Vale do Sousa. L.M.

CISION

ID: 85932720

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 17,12 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Diretores vão pedir reforço de orçamento para comprar máscaras

Associação vai solicitar ao Ministério da Educação autorização para escolas adquirirem computadores com verbas que não estão a gastar em água e luz

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

LEONEL DE CASTRO/GLOBAL IMAGENS

Escolas querem saber quantos alunos vão poder estar em cada sala de aula

ANO LETIVO Se os alunos do 11.º e 12.º regressarem às aulas presenciais até 26 de junho, tanto eles como professores e funcionários terão de usar obrigatoriamente máscara. A Associação Nacional dos Diretores e Agrupamentos de Escolas Públicas (ANDAEP) vai pedir, na próxima semana, ao Ministério da Educação (ME) o reforço dos orçamentos dos estabelecimentos, que estão a funcionar em duodécimos, para conseguirem comprar máscaras.

"Pediremos, em breve, ao ministério que reforce os exíguos orçamentos das escolas de verba suficiente para fazer face à aquisição de material de higienização e de máscaras", revelou ao JN o presidente da ANDAEP.

Filinto Lima também defende que a tutela deve, "o quanto antes", enviar às escolas orientações sobre a reorganização necessária para se preparar uma eventual reabertura. Por exemplo, "quantos alunos poderão estar em cada sala de aula; e quantos na cantina, no bar ou nas bibliotecas ao mesmo tempo". Orientações fundamentais que, em sua opinião, devem ser feitas pela Direção-Geral da Saúde e ME, de forma uniformizada para todos os agrupamentos.

O número de alunos permitido por sala, sublinha, será determinante para se perceber a necessidade de professores. Os docentes que pertençam a grupo de risco, por terem 60 ou mais anos ou sofrerem de alguma patologia, não voltarão às aulas presenciais. Quinta-feira, o primeiro-ministro garantiu que o distanciamento terá de ser respeitado num eventual regresso. ANDAEP e Fenprof consideram inevitável um reforço da contratação, Costa frisou que mais docentes "só se se justificarem".

MENOS DESPESAS

A esmagadora maioria dos computadores das escolas estão "obsoletos". Na Dr. Costa Matos (Gaia), que Filinto Lima dirige, por exemplo, "nenhum tem câmaras", essencial no ensino à distância. No ofício ao ME, a ANDAEP também irá pedir para que o dinheiro que não está a ser gasto em algumas rubricas, como água ou eletricidade, possa ser aplicado em novos computadores. "Se a resposta fosse rápida, talvez ainda desse para emprestar a alunos."

As escolas estão ainda preocupadas como irão cumprir os contratos com fotocopiadoras que são assegurados com as receitas próprias que agora não têm. Sendo que há alunos, sem acesso online, para quem é essencial imprimir material, sublinha Filinto Lima.

Comissão de dados alerta que bullying não pára

Enviadas orientações a escolas e Ministério sobre riscos do ensino à distância

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) publicou orientações para alertar diretores, professores e Ministério da Educação (ME) para os riscos do ensino à distância, como o perigo de divulgação de dados privados de alunos e docentes, que podem ser usados de forma indevida e discriminatória, prejudicando os seus futuros.

"Há a destacar que a realidade de bullying não desapareceu, podendo até ser potenciada pelo confinamento e utilização massiva de tecnologias", lê-se nas "orientações para utilização de tecnologias de suporte ao ensino à distância".

A escolha das plataformas devia ser previamente avaliada por peritos antes da escolha das escolas, recomendam. As principais preocupações prendem-se com o tratamento e armazenamento da informação, por exemplo, as imagens dos utilizadores e das suas casas. Informação que analisada pode ser usada para criar perfis.

"Existe o risco de estigmatização dos utilizadores decorrente destes tratamentos de dados, especialmente acentuada na reutilização dos dados pessoais para finalidades diferentes das que justificaram a recolha", considera a CNPD.

É recomendado que todas as violações de dados pessoais sejam comunicadas às escolas pelas plataformas. E que deve optar-se por tecnologias que impliquem a menor exposição possível do titular e do seu ambiente familiar.

CISION

ID: 85932754

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 13
Cores: Preto e Branco
Área: 4,10 x 7,90 cm²
Corte: 1 de 1

PCP denuncia "ofensiva" contra trabalhadores

AUDIÇÃO O PCP denunciou uma verdadeira "ofensiva em curso contra os trabalhadores". Na audição pública "Combater o vírus e o ataque aos direitos. Defender os trabalhadores", a deputada Diana Ferreira falou em "atropelos laborais" e "aproveitamentos do patronato", que está a usar a pandemia para despedir ou tirar direitos.

CISION

ID: 85932732

Jornal de Notícias

12-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 13
Cores: Cor
Área: 8,26 x 6,63 cm²
Corte: 1 de 1

BE disponível para programa de investimento

CRISE A coordenadora do Bloco de Esquerda revelou que o partido "está disponível" para contribuir para um programa de combate ao desemprego, de desenvolvimento e de investimento público. "É o momento de juntar vontade", disse Catarina Martins, num vídeo.

CISION

CORREIO da manhã

ID: 85922778

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 35
Cores: Cor
Área: 10,38 x 10,27 cm²
Corte: 1 de 1

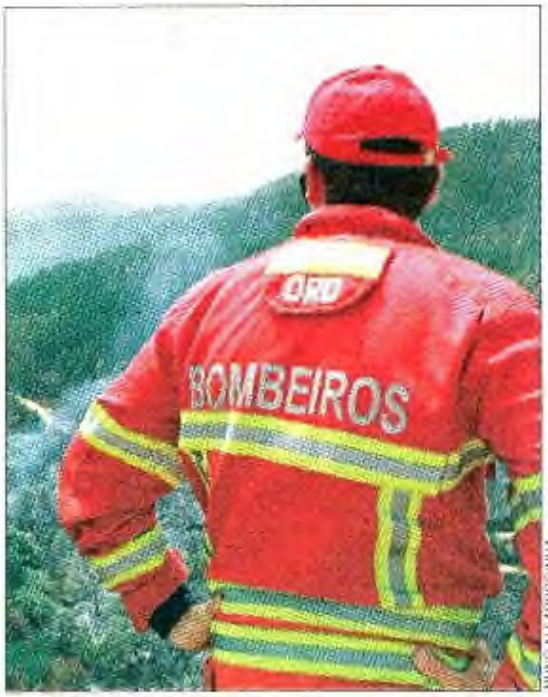
OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Acidente fatal em obra de saneamento

Um homem, de 27 anos, morreu na sequência de um acidente de trabalho numa obra de saneamento básico, no concelho de Oliveira de Azeméis, na quinta-feira. A tragédia ocorreu na rua dos Descascadores de Arroz, na freguesia de Ul, pelas 17h45.

Segundo o comandante dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, António Justino, o trabalhador terá sido atropelado por uma viatura usada na obra e não resistiu aos graves ferimentos.

Ao local, acorreram os Bombeiros de Oliveira de Azeméis, com uma ambulância de socorro e um veículo de salvamento e desencarceramento, e a Viatura Médica de Emergência e Reanimação, além da GNR. ●



RUNO ALFARROBINHA

Bombeiros acorreram ao local

CISION

ID: 85922332

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 9,75 x 3,74 cm²
Corte: 1 de 1

MÉDICOS | **CRÍTICAS À MINISTRA**

A Federação Nacional e o Sindicato Independente dos Médicos criticam a "distância" da ministra da Saúde, Marta Temido, aos elementos que exigem do Estado mais proteção, e pediram o alargamento dos testes aos profissionais assintomáticos que tenham contactado com doentes infetados.

CISION

ID: 85922805

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 41
Cores: Cor
Área: 12,87 x 3,69 cm²
Corte: 1 de 1

SOBE

ISABEL CAMARINHA

SEC.-GERAL DA CGTP

A CGTP vai apresentar ao Governo propostas urgentes para garantir emprego e remunerações, como resposta à atual pandemia.

DESCE

ISABEL DOS SANTOS

INVESTIDORA ANGOLANA

Operações divulgadas pelo caso Luanda Leaks ditam a saída de dois consultores da PwC com ligações a sociedades da investidora.

CISION

ID: 85922493

CORREIO da manhã

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 4,52 x 11,27 cm²
Corte: 1 de 1

ENFERMEIROS

Pressões ilegítimas

O Sindicato dos Enfermeiros denunciou que há queixas, em todo o país, sobre "pressões ilegítimas" sobre estes profissionais para não apresentarem o formulário da Segurança Social para apoio a filhos menores de 12 anos e comparecerem ao trabalho. O Sindicato dos Enfermeiros já apresentou queixa junto da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

CISION

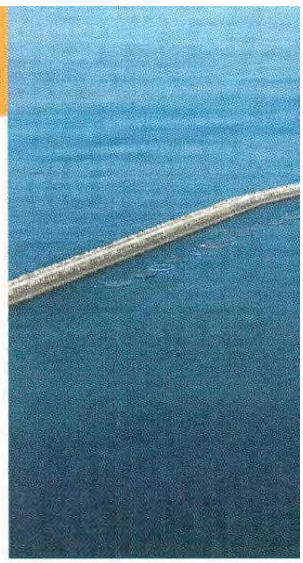
dinheiro vivo

ID: 85922199

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 25,50 x 29,20 cm²
Corte: 1 de 3



Presidente da APP

"Atividade nos portos nacionais recuou 6% até março. Em abril melhorou"

—ROSÁLIA AMORIM
rosalia.amorim@dinheirovivo.pt

A atividade portuária não para. Com todos os planos de contingência no terreno, José Luís Cacho, presidente dos Portos de Sines e do Algarve e presidente da Associação de Portos de Portugal (APP), assegura que todos os portos estão a funcionar em pleno, ainda que no primeiro trimestre tenha desacelerado a atividade. Em abril já há sinais de melhoria. A ver vamos se vieram para ficar.

Na pandemia, de que forma podem os portos ser um motor que atenue a paralisação económica?
Todos os portos estão a funcionar a 100%. Os produtos essenciais – e no caso de Sines são muitos produtos energéticos, como combustíveis e gás natural – estão a ter até bons desempenhos comparativamente ao ano passado. Nota-se um ligeiro decréscimo no total dos Portos nacionais por volta dos 6% relativamente a período homólogo de 2019 (de janeiro a final de março), mas curiosamente, e isto é um dado novo, no início de abril notou-se uma ligeira recuperação relativamente ao ano passado. Não sabemos, até porque ainda é um período muito curto de análise, se vai continuar ou não durante todo o mês, mas é um sinal positivo.

Especificamente, o movimento de contentores caiu?
Nos portos nacionais houve uma ligeira quebra relativamente ao ano passado, entre os 4% e os 5% a 6%, se olharmos desde o início do ano. Mas curiosamente sentiu-se alguma recuperação já em março e no início de abril até se notou uma ligeira melhoria face ao período homólogo do ano passado. Estamos a conseguir aguentar o impacto da crise e a ter um desempenho normal.

Como prevê que fechará o mês?
Neste cenário que vivemos não gosto de avançar com números.

Os economistas estimam uma recessão em Portugal em 2020. Segundo o ISEG pode ir de 4% a 8%. Ora, em 2019 os portos do continente já movimentaram menos 6,2% de carga face a 2018. Esta tendência poderá manter-se até final de 2020?
Em períodos de crise, como foi a de 2008, os portos cresceram sempre acima da economia, na ordem dos 5% de ano para ano. Hoje não deveremos associar o movimento dos portos ao crescimento da economia do país, onde estão sediados os portos, porque, de facto, o movimento é cada vez mais global. O comércio mundial tem continuado a crescer e isso, naturalmente, tem efeitos na evolução do transporte marítimo. Daí ser difícil antever o que vai acontecer até final do ano. Também há outros fatores como o *transhipment*, negócio que faz aumentar o movimento e não está diretamente relacionado com a nossa economia.

Os portos assumem um papel determinante nas importações e exportações. Que medidas de contingência têm tomado para continuar a laborar?
Começámos logo no início de fevereiro a preparar este processo e a perceber o que aí vinha, aliás fomos das primeiras entidades a ter um plano de contingência coordenado com as autoridades de saúde, estabelecendo as medidas necessárias dentro dos portos, e fomos atualizando. Fizemos um cumprimento rigoroso das medidas para terminais, áreas portuárias, concessionários, caso a caso, e tem estado a correr bem.

Algumas empresas exportadoras têm manifestado descontentamento pelo facto de as alfândegas terem também funcionários em teletrabalho e dizem que isso estará a aumentar a lentidão nos serviços, atrasando exportações. Tem conhecimento desta situação em Sines?
Em Sines não tive qualquer reclamação nesse sentido da parte das empresas exportadoras. Nos outros portos não tenho conhecimento de nenhuma situação.

A Autoeuropa é uma das maiores exportadoras. Voltará à produção até final deste mês. Será importante para os portos, neste caso, o de Setúbal?
A Autoeuropa tem um peso relevante nas nossas exportações, é importante quer pelo trabalho direto quer pelas empresas que indiretamente fabricam componentes para a Autoeuropa, tendo um peso muito grande na nossa economia. São excelentes notícias.

Face à pandemia, poderá haver atrasos no plano de investimento de expansão da PSA e no concurso para o terminal novo?
Todos os investimentos, quer da parte pública quer da privada, estão a decorrer dentro da normalidade. Na administração portuária, as principais obras, como o prolongamento do molhe, estão a correr normalmente. Na parte ferroviária dentro do porto, também a obra está a correr dentro da normalidade. Relativamente à PSA, a informação que tenho é que está tudo a decorrer normalmente e não tem havido qualquer atraso.

E relativamente ao novo terminal Vasco da Gama?
Relativamente ao processo do terminal Vasco da Gama, e é do conhecimento público, por opção nossa e do governo, achou-se por bem que se fizesse uma prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, dado que neste contexto internacional tínhamos um conjunto de iniciativas previsto que tivemos de adiar. Assim, prorrogámos o prazo para o próximo ano, para 6 de abril de 2021. Isso tem em conta o pedido de alguns concorrentes, para terem a possibilidade de avaliar o projeto. Este é um processo que exige muito trabalho e é preciso, no mínimo, seis meses de preparação.

"Prorrogou-se o prazo para apresentação de propostas para o novo terminal Vasco da Gama, em Sines, para 6 de abril de 2021."

—JOSÉ LUÍS CACHO
Pres. APP, Porto de Sines e Algarve

Os estivadores enviaram uma carta aberta a Marcelo Rebelo de Sousa e a António Costa sobre a inoperacionalidade (neste caso relacionada com o porto de Lisboa), antevendo que poderá haver despedimento dos estivadores. Na sua opinião fazem sentido estes receios e denúncias?
Eu vivi um processo parecido no porto de Aveiro, há cerca de seis anos, e o que está a acontecer hoje em Lisboa aconteceu lá nessa altura. O que posso dizer é que temos de ter um pensamento positivo. Hoje vejo que em Aveiro o porto continua a crescer e lá trabalha o dobro das pessoas de antes. Tenho confiança de que o que vier a seguir para o porto de Lisboa será muito positivo e temos de acreditar que, no futuro, vão aparecer mais postos de trabalho e vão aparecer mais oportunidades para os trabalhadores e para as empresas que operam no porto de Lisboa.

Nos outros há paz social?
Em Sines e noutros, tudo a correr normalmente. No caso de Lisboa, apesar do momento difícil, penso que se chegará a um entendimento.

Algum porto recorreu ao *lay-off*?
Não tenho conhecimento de nenhum, nem há motivo para isso.

VEJA O VÍDEO EM DINHEIROVIVO.PT

CISION

ID: 85922199

dinheiro vivo

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 9
Cores: Cor
Área: 19,46 x 30,00 cm²
Corte: 2 de 3

Porto de Sines "continua a funcionar a 100%", garante o presidente, José Luís Cacho

FOTO: DR

Tempestade ao largo ainda não atinge chegadas de navios

— MARIA CAETANO
maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

Os principais armadores mundiais já começaram a cortar escalas e a pandemia segue a travar o comércio internacional. Ainda assim, os portos nacionais seguiam a somar até março; apesar de quebras em Lisboa, Setúbal e Sines, o país registava no primeiro trimestre mais 14 serviços do que no mesmo período do ano passado. Na carga global deverá haver uma descida, mas os principais portos apontam sinais positivos no horizonte. E os meses de março e abril podem melhorar.

No primeiro trimestre, os principais portos serviram 2152 navios, revela a Associação dos Agentes de Navegação de Portugal (Agepor). A subida é ligeira, de 0,65%, no grupo que inclui Leixões, Lisboa, Sines, Setúbal, Aveiro, Figueira da Foz e Viana do Castelo.

Mas o serviço já está a abrandar: em janeiro, as escalas estavam a crescer 4,2%, nos dados da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. E a situação pode piorar em breve, já que na última semana contavam-se 160 partidas canceladas em portos de todo o mundo, com 212 serviços apagados dos mapas do transporte marítimo, segundo a Sea Intelligence. A consultora diz que as linhas internacionais estão a preferir agora travar navios a baixar mais as tarifas do transporte.

Em Portugal há ainda os fatores domésticos a limitar cargas e descargas. Se a indústria exportadora trava, no caso do porto de Lisboa conta também o impasse entre os trabalhadores e as empresas de estiva. Embora o todo nacional ainda tenha acolhido mais navios, Lisboa, Setúbal e Sines perderam em conjunto 69 serviços até março, 55 dos quais nos terminais da capital.

O porto de Lisboa, principal ponto de movimento de produtos agrícolas, calcula para o primeiro trimestre ter menos 20% na carga movimentada, mas assegura que não é efeito da pandemia. Está "relacionado com as questões laborais que são do conhecimento público", aponta. Ainda assim, garante que desde a declaração do estado de emergência não têm falhado os serviços às ilhas bem como a importação de cereais.

Leixões sem perdas

Os números totais do primeiro trimestre ainda não estão fechados, mas a Associação de Portos de Portugal estima uma perda de carga conjunta de 6% (*ver entrevista ao lado*). Em janeiro, o movimento descia 10%; só Sines levava um corte de 25% na carga de contentores. Chegado aqui, o maior porto nacional está no vermelho, mas já observa "sinais de recuperação" na carga dos contentores. Sinais "reforçados nos primeiros dias de abril", quando se "ultrapassou os volumes de movimentação do período homólogo de 2019". No gás natural e granéis líquidos há subidas de 20% até março.

Já Leixões, o segundo porto do país, valia em janeiro quase um quarto da tonelagem nacional e continuou a crescer. "Apesar do expectável abrandamento da atividade económica, continuam a verificar-se os habituais fluxos de mercadorias de exportação e importação, não existindo uma quebra na movimentação de carga", diz a administração do Porto de Leixões. Segundo esta, "no melhor dia da última semana de março, quando o país cumpria já os primeiros 15 dias do estado de emergência, foram operados sete navios e descarregados ou carregados mais de 1800 contentores". Nessa semana, Leixões serviu 30 navios e movimentou mais de 10 500 contentores.

Setúbal também diz estar a recuperar em números de março, depois de ter estado a perder cerca de 18% da carga em janeiro. A administração do porto indica que o movimento de mercadoria subia 1% no mês passado, ao mesmo tempo que a carga em contentor crescia 14%. É, diz, um indicador "muito positivo" a contrariar os maus resultados nos primeiros dois meses do ano.

O movimento de navios abrandou, com quedas em Lisboa, Setúbal e Sines. A carga cai globalmente, mas não em Leixões. Início de abril ainda trouxe bons sinais.

CISION

ID: 85922199

dinheiro vivo

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 17,47 x 22,10 cm²
Corte: 3 de 3

José Luís C...

"Atividade nos portos recuou 6% até março. Em abril já melhorou"

DESTAQUE Presidente da Associação de Portos de Portugal e dos portos de Sines e Algarve garante que há sinais animadores em abril. O novo terminal Vasco da Gama foi adiado um ano, para 6 de abril de 2021. Responsável elogia regresso à produção da Autoeuropa neste mês. — P. 08-09

Tempestade económica ainda não atinge chegada de navios ao país

Eurogrupo foi além d mínimos n dívida con a ser nacio

CIP N'O ESTADO DA NAÇ

"Vamos vo a ser o pat feio da Eur com ajuda de outros

CISION

ID: 85922206

dinheiro vivo

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 9
Cores: Cor
Área: 7,04 x 26,82 cm²
Corte: 1 de 1

ANÁLISE
ALBERTO CASTRO

Bons exemplos mal-agradecidos

Após as hesitações iniciais, o governo tem estado a gerir bem a situação de pandemia, mostrando disponibilidade para ir alterando e ajustando políticas e medidas, aprendendo com outros países e experiências, atendendo sugestões que lhe vão chegando da oposição, dos parceiros sociais e da sociedade civil.

Na frente económica, a crise de 2008-2011 possibilita algumas lições. Os países e as empresas que foram capazes de responder mais depressa à retoma da economia, fizeram um esforço de não cortar o vínculo entre empregador e trabalhador. O *lay-off* foi preferido ao desemprego mesmo que, no curto prazo, implicasse maiores custos para as empresas, obrigadas a pagar parte do salário (curioso, no que revela de maneira de pensar entranhada, que a comunicação social a apelide de "poupança"). Um investimento que compensou: ao manter o vínculo laboral, as empresas evitam os custos do recrutamento (demora; incerteza quanto ao ajustamento; formação), estando mais aptas a reposicionar-se no mercado. Para o Estado o esquema é, também, benéfico: em média custa menos do que o subsídio de desemprego, evita o trauma associado a essa situação e prepara melhor a economia para os novos tempos ("a vida vai melhorar").

A simplificação do *lay-off* foi medida acertada, só não se compreendendo a demora em alargá-la aos sócios-gerentes (não são trabalhadores? ideologia?), com ou sem trabalhadores ao serviço. Menos ainda se compreende que não haja qualquer apoio (por exemplo, isenção da TSU) àqueles empresários (Ricardo Costa, autor de uma carta aberta marcante, e César Araújo são dois deles) que decidiram fazer um esforço e acomodar o subemprego, pagando o salário por inteiro, mesmo tendo condições para recorrer ao *lay-off*. É um triplo erro: incentiva uma opção mais gravosa para o trabalhador; custa mais ao Estado e desvaloriza a responsabilidade social na gestão, sempre estimulada nos discursos mas, ao que parece, pouco acarinhada quando chega a ocasião. É, ou não, um bom exemplo? Serão poucos mas, por isso mesmo, mereciam ser valorizados. Vai sempre a tempo!

Economista e professor universitário

CISION

ID: 85922194

dinheiro vivo

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 9,92 x 26,72 cm²
Corte: 1 de 1

ANÁLISE
JAIME C. ESTEVES

Um Orçamento Retificativo de apoio à retoma

A

RETOMA NUM "NOVO NORMAL"

As repercussões económicas da contenção da pandemia serão de tal magnitude (contração do PIB de 5% a 20%) que serão necessários apoios sólidos à retoma já no Orçamento Retificativo, para sinalizar o rumo. A economia que vamos encontrar após o confinamento será muito diversa da que conhecíamos e as medidas de fomento devem ser calibradas para esse novo paradigma económico e não para a realidade pré-pandemia (só perdemos tempo à procura de um queijo que já não está onde nos habituámos a vê-lo).

Por isso devemos aproveitar a oportunidade para combater uma das grandes dificuldades nacionais: a pequenissima dimensão das empresas e, ao mesmo tempo, manter as unidades económicas (e o emprego) em termos compatíveis com a nova realidade, sem adiar desfechos de outro modo inevitáveis.

INSTRUMENTOS DE FOMENTO

A par dos apoios imediatos à operação, disponibilização de liquidez e conservação de ativos (emprego incluído) é importante pensar já em apoios a novo investimento e postos de trabalho (com incentivos no IRC e na Derrama Estadual). Estes devem passar pela reposição de dois instrumentos recentes de enorme sucesso: o incentivo à criação líquida de emprego e o crédito fiscal excecional ao investimento (o "supercrédito fiscal"), bem como majoração de dedução de lucros retidos e reinvestidos e remuneração convencional do capital social. Em simultâneo, deve ser sinalizada já a estabilização dos regimes RNH e vistos *gold*, assim como a inversão do proposto aumento de tributação de bens imóveis e seus rendimentos.

APOIOS À CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL

A criação de um regime de incentivo a operações de concentração empresarial com unidades em dificuldades e risco de fecho é de enorme relevância. Tal pode ser feito pela adaptação dos incentivos já constantes do SIFIDE II. Adicionalmente, essas operações devem poder utilizar de modo simplificado prejuízos fiscais e dispor para isso de prazo alargado, com regime simples e rápido de validação prévia dos incentivos disponíveis para a operação de concentração, com base em minutas uniformes para pedido e decisão.

APOIOS EXCECIONAIS A MICRO E PME

Empresas de menor dimensão devem ter apoios mais diretos, como redução de IRC para 12,5% (até 2.5M€) em três exercícios, a escolher de entre os de 2020 a 2024, e alargamento para 12 exercícios do reporte dos prejuízos fiscais anteriores a 2020 e até 2022, com possibilidade de serem deduzidos aos lucros dos exercícios anteriores a 2020. Dada a gravidade e a urgência do quadro económico, espera-se que a sinalização consistente dos apoios à retoma não tarde.

Vice-presidente da Comissão Executiva, Fórum Competitividade

CISION

ID: 85922150

Jornal de Notícias

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 11
Cores: Cor
Área: 3,89 x 8,97 cm²
Corte: 1 de 1

CGTP reivindica alargamento de medidas de apoio à parentalidade

FAMÍLIA A CGTP reivindica um conjunto de medidas com vista à melhoria da proteção da parentalidade que incluem, entre outras, o alargamento do apoio excecional às famílias e garantias para os trabalhadores. Do conjunto de reivindicações destaca-se o alargamento do apoio excecional à família para trabalhadores por conta de outrem aos ascendentes que são alvo de medidas de isolamento profilático.

CISION

ID: 85922153

Jornal de Notícias

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 11
Cores: Cor
Área: 8,09 x 5,88 cm²
Corte: 1 de 1

Sindicatos médicos criticam distanciamento do Governo

PROTEÇÃO A Federação Nacional e o Sindicato Independente dos Médicos criticam a "distância" da ministra da Saúde aos organismos que exigem do Estado mais proteção e pediram o alargamento dos testes aos profissionais assintomáticos que tenham contactado com doentes infetados. As preocupações da FNAM e do SIM foram expressas numa reunião com o secretário de Estado da Saúde, António Sales, da qual esteve ausente a ministra da Saúde, que "opta por manter a distância dos representantes dos médicos, ao mesmo tempo que lhes exige flexibilidade e esforços extraordinários", criticaram.

CISION

ID: 85922204

Jornal de Notícias

11-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 29
Cores: Cor
Área: 24,21 x 14,14 cm²
Corte: 1 de 1

PRAÇA DA LIBERDADE

Riscos sociais da contaminação

POR
Manuel Carvalho da Silva
Investigador e professor universitário

As consequências da Covid-19 são muito mais do que sanitárias. O maior risco que corremos é o de uma infeção generalizada que leve de arrasto o emprego e o rendimento de imensos portugueses e por um longo período. É tempo de tratarmos da organização da comunidade, de impor soluções justas para graves problemas sociais, de tratar da economia antes que o seu rumo seja entregue, de novo e em absoluto, à finança.

Estamos ainda dominados pelo ambiente das solidariedades instrumentais, aquelas com que até os neoliberais concordam e reclamam (em particular do Estado), perante as premências da luta pela sobrevivência. Mas, tantos milhares de trabalhadores cinicamente "dispensados", e muitos outros milhares de cidadãos com as suas atividades inviabilizadas, estão a acentuar as desigualdades, a alargar os caminhos para a pobreza, a aumentar o exército de mão de obra disponível que alimenta a queda dos salários e a exploração. No mundo do trabalho está em marcha uma tremenda alteração das relações de forças que é preciso travar.

Concentremo-nos, pois, nos principais riscos do momento.

O primeiro é a armadilha de descurar o emprego e de não o proteger efetivamente, seja qual for o tipo de contrato de trabalho, assumindo-se a proteção social como a solução. A proteção social é importante, mas não há ajuda que substitua o salário digno adquirido pelo trabalho, que tem também um extraordinário potencial criativo no momento do regresso à vida normal. A Segurança Social suporta alguns esforços acrescidos na situação de emergência, mas não nos esqueçamos que o sistema depende essencialmente da dimensão do emprego e do valor dos salários. O Estado social – expressão da solidariedade como valor coletivo institucionalizado que obriga a todos – não sobrevive sem pagamento de impostos, coisa que os neoliberais rechaçam. Repugna ver grupos empresariais publicitarem os seus atos solidários, quando têm as suas sedes em paraísos fiscais para fugirem aos impostos e ampliam os seus lucros pagando mal a trabalhadores e fornecedores.

O segundo é o de o Governo sucumbir de novo, como em 2011, ao canto da sereia das "ajudas" da União Europeia (UE). Elas escondem sempre, nas letras pequeninas dos acordos, a cobrança a prazo e em duplicado do que supostamente é oferecido. Se ficarmos a bater palmas, como ontem no final da reunião do Eurogrupo, seremos apanhados na ratoeira.

O terceiro é a ilusão de que o crédito é um substituto apropriado de transferências monetárias sem contrapartidas. Uma explosão do crédito agora prenuncia problemas futuros de incumprimento que se irão traduzir, a prazo, no acionamento em cadeia das garantias do Estado aos bancos. Os bancos não são e jamais serão instituições de solidariedade. Exijamos-lhes que cumpram as suas obrigações e não criemos outras expectativas.

Pode perguntar-se então o óbvio: de onde vem o dinheiro para se resolverem os problemas e a quem o entregar? Tem de vir de onde sempre veio: dos bancos centrais. Mas quem não tem Banco Central (como Portugal depois do euro) tem um problema complicado para resolver. O dinheiro tem de chegar aos governos para que estes possam implementar políticas económicas e sociais e fazê-lo chegar às pessoas.

Um cidadão perde a sua dignidade quando fica dependente da caridade alheia. O mesmo acontece a um país.

CGTP propõe medidas urgentes

A CGTP vai apresentar ao Governo um conjunto de propostas urgentes para garantir o emprego e as remunerações, reforçar o sector público e a produção nacional e redireccionar os apoios às empresas, o que exige uma reafectação de recursos.